

PROSPECTO DE NEGOCIAÇÃO NO MERCADO DE BALCÃO DE ATÉ 6.000 COTAS DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA CNPJ/MF Nº 07.707.591/0001-80

O **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA** ("FUNDO"), constituído através de Instrumento de Deliberação da Administradora, datado de 23 de setembro de 2005 e devidamente averbado no 10º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo à margem do registro nº 1.604.254, com data de 23.09.2005, em conformidade com a Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e suas alterações posteriores, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 07.707.591/0001-80 administrado por **Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58, credenciado pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira por meio do Ato Declaratório nº 1.457, de 05 de setembro de 1990, publicado em 10 de setembro de 1990 ("**ADMINISTRADOR**"), conforme deliberado pelo cotista do Fundo na Assembléia Geral Extraordinária datada de 27 de julho de 2009, a qual se encontra registrada no 10º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo sob o nº 1.897.425 e averbada a margem do registro nº 1.604.254, em 30 de julho de 2009, está negociando via Sistema de Fundos Fechados – SFF administrado pela CETIP, no máximo, 6.000 (seis mil) cotas do **FUNDO**, sendo o valor unitário das cotas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de modo a perfazer o valor total de negociação de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DO **ADMINISTRADOR** DE QUE O OBJETIVO DO **FUNDO** SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO" DESTE PROSPECTO, NAS PÁGINAS 22 À 25.

O INVESTIMENTO DO **FUNDO** DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O **ADMINISTRADOR** DO **FUNDO** MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O **FUNDO** E PARA OS COTISTAS.

O **FUNDO** NÃO CONTA COM GARANTIA DO **ADMINISTRADOR** OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO **FUNDO**, PORÉM, NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO, À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO **FUNDO**, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O **FUNDO** ESTÁ EXPOSTO.

TODOS OS COTISTAS, AO INGRESSAR NO **FUNDO**, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE INVESTIMENTO E DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO **FUNDO**, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO E DO REGULAMENTO DO **FUNDO**, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO **FUNDO**, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA AO **ADMINISTRADOR**, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO **FUNDO** E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO **FUNDO** E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS COTAS A SEREM NEGOCIADAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O **FUNDO** E A NEGOCIAÇÃO DAS COTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO AO **ADMINISTRADOR** E NA CVM.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO



CUSTÓDIA



ASSESSORIA LEGAL



(Prospecto atualizado em 16 de setembro de 2009)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES	5
RESUMO CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	7
IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	9
INFORMAÇÕES RELATIVAS À NEGOCIAÇÃO DE COTAS DO FUNDO	10
1. PÚBLICO ALVO	10
2. PRAZO DE DURAÇÃO	10
3. COTAS	11
3.1. TRANSFERÊNCIA E NEGOCIAÇÃO DAS COTAS	11
3.2. EMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS	11
3.3. TAXA DE INGRESSO E TAXA DE SAÍDA	12
3.4. INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS.....	13
4. RESGATE	13
5. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS E PAGAMENTO DE RENDIMENTOS AOS COTISTAS.....	13
6. OBJETIVO, POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.....	14
7. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS INTEGRANTES DA CARTEIRA DO FUNDO	16
8. COMITÊ DE INVESTIMENTO, COMITÊ CONSULTIVO E COMITÊ TÉCNICO	17
9. ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS	17
10. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	19
10.1. RENÚNCIA E/OU DESCREDECIMENTO DO ADMINISTRADOR.....	19
10.2. OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR	20
10.3. VEDAÇÕES AO ADMINISTRADOR.....	21
11. REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR.....	22
12. SERVIÇOS DE LIQUIDAÇÃO, CUSTÓDIA, TESOURARIA E CONTABILIZAÇÃO.....	22
13. FATORES DE RISCO.....	22
14. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	26
15. ENCARGOS DO FUNDO	26
16. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES	27
17. TRIBUTAÇÃO	28
17.1. TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO.....	28
17.2. TRIBUTAÇÃO SOBRE OS COTISTAS.....	28
18. BREVE HISTÓRICO DA ADMINISTRADORA	30
19. CRONOGRAMA DA OFERTA	31
20. ATENDIMENTO AO COTISTA.....	32

21. SITUAÇÃO FINANCEIRA	33
21.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2008	33
21.2. BALANÇO	45
21.3. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	47
21.4. PARECER DO ADMINISTRADOR SOBRE OPERAÇÕES E RESULTADOS DO 2º SEMESTRE DE 2008	48
21.5. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	49
ANEXO I - ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	50
ANEXO II - REGULAMENTO	53
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	69

DEFINIÇÕES

Administrador: **Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58, credenciado pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira por meio do Ato Declaratório nº 1.457, de 05 de setembro de 1990, publicado em 10 de setembro de 1990.

Amortização: procedimento de distribuição aos Cotistas das disponibilidades financeiras do **FUNDO**, resultantes da alienação de um investimento, ou de dividendos, juros ou quaisquer outros rendimentos oriundos de tais investimentos, sem que haja a redução do número de Cotas.

Assembleia Geral de Cotistas: prevista nos Artigos 17 à 23 do Regulamento.

CETIP: é a Câmara de Custódia e Liquidação, na qual as Cotas serão registradas para negociação no mercado secundário.

Companhias Alvo: companhias abertas ou fechadas localizadas no território nacional, que tenham por objetivo principal, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades relacionadas a investimentos em infra-estrutura no setor de transporte, tais como, rodoviário, metroviário, ferroviário e aeroportuário.

Compromisso de Investimento: Instrumento Particular de Compromisso de Investimento celebrado pelos Cotistas que conterá todas as disposições referentes ao valor comprometido de cada Cotista em relação ao **FUNDO** e à sua forma e integralização, além de menção expressa de que, no decorrer da vigência do **FUNDO**, haverá chamadas de capital às quais o investidor estará obrigado, de acordo com regras constantes do referido instrumento e sob as penas nele expressamente previstas, constituindo sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições do Regulamento.

Cotas: correspondem a frações ideais do patrimônio do **FUNDO**, na forma do Artigo 27 do Regulamento.

Custodiante: Banco Bradesco S.A.

CVM: Comissão de Valores Mobiliários.

Fundo: FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA, constituído sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, e regido por este Regulamento, pela Instrução CVM nº 391/03 e pelas demais alterações posteriores.

Grupo do Administrador: Grupo de Sociedades, definido pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76) a que pertence o **ADMINISTRADOR**.

Instrução CVM nº 409/04: Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, e alterações posteriores.

Instrução CVM nº 391/03: Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações.

Liquidação: encerramento do **FUNDO**, conforme definido nos Artigos 54 à 56 do Regulamento.

Patrimônio Líquido: é constituído pelo resultado da soma do saldo de caixa e do valor dos bens e direitos integrantes da carteira do **FUNDO** subtraído das exigibilidades, tais como custos de administração e demais encargos necessários para o funcionamento do **FUNDO**, obrigações e outros valores eventualmente registrados no passivo do **FUNDO**.

Período de Desinvestimento: os 6 (seis) anos seguintes ao Período de Investimento, período no qual os investimentos do **FUNDO** deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto resultante será utilizado para amortização das cotas do **FUNDO**, observado o disposto no Artigo 44 e as demais disposições aplicáveis do Regulamento.

Período de Investimento: os 4 (quatro) primeiros anos da duração do **FUNDO**, período este que o **FUNDO** dará preferência à realização de seus investimentos, respeitados os limites de composição e diversificação de investimentos aplicáveis ao **FUNDO**.

Prazo de Duração: prazo de duração do **FUNDO**, conforme Artigo 5º do Regulamento.

Regulamento: Regulamento que rege o **FUNDO**.

Rendimentos: Dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, e quaisquer outros rendimentos inerentes às ações ou valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo detidas pelo **FUNDO**, que venham a ser distribuídos pelas Companhias Alvo.

Taxa de Administração: taxa a que fará jus o **ADMINISTRADOR**, calculada nos termos do Artigo 24 do Regulamento.

RESUMO CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Fundo: **Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura**

Forma de Constituição do Fundo: O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado.

Objetivo do Fundo: Destinado à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas localizadas no território nacional, que tenham por objetivo principal, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades relacionadas a investimentos em infra-estrutura no setor de transporte, tais como, rodoviário, metroviário, ferroviário e aeroportuário ou companhias que invistam em terceiras Companhias Alvo.

Base Legal: Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e suas alterações posteriores.

Público Alvo: Investidores qualificados, tal como definidos pela legislação vigente ou aqueles expressamente equiparados a tanto pela CVM.

Prazo de Duração Fundo, Período de Investimento e Período de Desinvestimento: O **FUNDO** terá prazo de duração de 10 (dez) anos, contados da data da integralização das Cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo previsto no Artigo 31 do Regulamento, prorrogáveis por períodos sucessivos de 1 (um) ano, mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas.

O Período de Investimento compreende os 4 (quatro) primeiros anos de sua duração do **FUNDO**, sendo o período em que o **FUNDO** dará preferência à realização de seus investimentos, respeitados os limites de composição e diversificação de investimentos aplicáveis ao **FUNDO**, na forma do Regulamento.

Nos 6 (seis) anos seguintes ao Período de Investimento será o Período de Desinvestimento, no qual os investimentos deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto resultante será utilizado para amortização das Cotas do **FUNDO**, observado o disposto no Artigo 44 e as demais disposições aplicáveis do Regulamento.

Exercício Social: O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e terminará no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Quantidade de Cotas a serem negociadas: 6.000 (seis mil) cotas do **FUNDO**.

Valor das Cotas:	R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada.
Patrimônio Estimado:	R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).
Valor Mínimo de Aplicação:	O valor mínimo de subscrição de Cotas é de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais).
Taxa de Ingresso:	O Administrador receberá uma taxa de ingresso no valor de R\$ 558.000,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil reais) à vista, no momento da primeira integralização de Cotas do FUNDO . Não será cobrada qualquer taxa de ingresso, exceto a ora prevista, e taxa de saída dos Cotistas do FUNDO .
Negociação em Mercado Secundário:	As Cotas emitidas pelo FUNDO terão registro para negociação no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados – SFF da Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por investidores qualificados.
Amortização e Resgate das Cotas do Fundo:	<p>As Cotas do FUNDO não são resgatáveis.</p> <p>O produto da liquidação dos investimentos do FUNDO durante o Período de Desinvestimento, deduzidos os compromissos presentes e futuros do FUNDO, será distribuído aos Cotistas a título de amortização das Cotas, no prazo mínimo de 10 (dez) dias. A amortização abrangerá todas as Cotas do FUNDO mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de Cotas existentes.</p> <p>Se, excepcionalmente, a liquidação do investimento ocorrer durante o Período de Investimento, o Administrador, mediante aprovação da Assembléia de Cotistas, poderá optar pela amortização de Cotas no valor total dos recursos obtidos ou reter parte ou a totalidade dos recursos para o seu reinvestimento.</p>
Início do Fundo:	Na data da concessão, pela CVM, da autorização para funcionamento do FUNDO .
Instrumento de Constituição do Fundo:	O FUNDO foi constituído através de Instrumento de Deliberação da Administradora, datado de 23 de setembro de 2005 e devidamente averbado no 10º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo à margem do registro nº 1.604.254, com data de 23.09.2005.
Autorização necessária à negociação das Cotas do FUNDO na CETIP	Assembléia Geral Extraordinária do Cotista do Fundo datada de 27 de julho de 2009, registrada no 10º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo sob o nº 1.897.425 e averbada a margem do registro nº 1.604.254, em 30 de julho de 2009

IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Administração e Gestão:	<p>Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar São Paulo - SP CNPJ: 33.753.740/0001-58 Telefone: (11) 3074-8000</p> <p>At.: Sr. Cleber Machado Campos Telefone direto: (11) 3074-8076 Fax: (11) 3074-8096 E mail: ccampos@banifib.com.br</p>
Custódia:	<p>Banco Bradesco S.A. Av. Yara, s/nº - Prédio Amarelo – Cidade de Deus Osasco – SP – CEP: 06029-900 CNPJ: 60.746.948/0001-12 Telefone: (11) 3684-5368/ Fax: (11) 3684-2377</p> <p>At.: Sr.Marcelo Magalhães Mendes Telefone direto (11) 3684-8726</p> <p>At.: Sra. Gabriela Esbaile Amado Telefone direto (11) 3684-5368</p>
Assessoria Jurídica:	<p>Velloza, Girotto e Lindenbojm Advogados Associados Avenida Paulista, nº 901, 17º andar São Paulo - SP CNPJ: 71.714.208/0001-10 Telefone: (11) 3145-0055 / Fax: (11) 3145-0050</p> <p>At.: Dr. Ricardo Genis Mourão Telefone direto: (11) 3145-0050</p>
Auditor Independente	<p>KPMG AUDITORES INDEPENDENTES R. Dr. Renato Paes de Barros, nº 33 São Paulo - SP Telefone: (11) 2183-3000 / Fax: (11) 2183-3001</p> <p>At.: Sr. Alberto Spilborghs Neto Telefone direto: (11) 2183-3000</p>
<p>O Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., declara que as informações constantes neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da negociação das cotas no mercado de balcão. Ademais, as informações fornecidas ao mercado durante o prazo de negociação, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a</p>	

integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da negociação. Finalmente, o Administrador declara que o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da negociação em mercado de balcão de cotas de emissão do FUNDO, os riscos inerentes às cotas FUNDO e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À NEGOCIAÇÃO DE COTAS DO FUNDO

1. PÚBLICO ALVO

O **FUNDO** destina-se exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04.

O investimento em Cotas do **FUNDO** não é adequado para investidores que não se enquadrem no conceito de "Investidor Qualificado", constante do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, bem como para investidores que necessitem de liquidez em seus investimentos, tendo em vista que no mercado brasileiro os fundos de investimento em participações encontram pouca liquidez, apesar de o **FUNDO** ter suas Cotas negociadas em mercado secundário. Além disso, a negociação das Cotas do **FUNDO** está sujeita às restrições previstas no Regulamento, e tendo em vista que o **FUNDO** é um condomínio fechado, não admite a possibilidade de resgate de cotas, salvo pelo término de seu prazo de duração ou pela sua liquidação antecipada, admitindo amortizações somente na forma de seu Regulamento.

É permitido ao Administrador a detenção de Cotas emitidas pelo **FUNDO**, sendo certo que havendo outros Cotistas, a possibilidade prevista acima estará condicionada à aprovação da maioria dos Cotistas reunidos em Assembléia Geral de Cotistas, sendo que as Cotas detidas pelo Administrador não participarão dos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Cotistas que tratar desta matéria.

2. PRAZO DE DURAÇÃO

O **FUNDO** terá prazo de duração de 10 (dez) anos, contados da data da integralização das Cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo previsto no Artigo 31 do Regulamento, prorrogáveis por períodos sucessivos de 1 (um) ano, mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas.

O Período de Investimento compreende os 4 (quatro) primeiros anos da duração do FUNDO.

Nos 6 (seis) anos seguintes ao Período de Investimento será o Período de Desinvestimento. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o Período de Desinvestimento poderá ser estendido por períodos sucessivos de um ano.

3. COTAS

As Cotas do **FUNDO** correspondem a frações ideais de seu patrimônio líquido, assumindo a forma nominativa e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus Cotistas.

O extrato de conta de depósito comprovará a propriedade do número de Cotas pertencentes aos Cotistas conforme registros do **FUNDO**.

As Cotas do **FUNDO** correspondem a frações ideais de seu patrimônio, assumindo a forma nominativa, tendo seu valor determinado com base em avaliação patrimonial, realizada na forma do Regulamento e das normas em vigor.

As Cotas serão mantidas em contas de depósito em nome dos Cotistas.

A propriedade das Cotas nominativas presume-se pela conta de depósito das Cotas, aberta em nome do Cotista.

3.1. TRANSFERÊNCIA E NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

As Cotas do **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por investidores qualificados.

As Cotas do **FUNDO** poderão ser admitidas à negociação em bolsa ou em mercado de balcão organizado, sendo que atualmente estão registradas para negociação nos módulos mantidos e operacionalizados pela CETIP. A Cota do **FUNDO** poderá ser transferida ainda que não esteja integralizada, hipótese em que o cessionário poderá assumir isoladamente, por escrito, todas as obrigações que eram originalmente do cedente perante o **FUNDO**, no tocante à sua integralização.

Tendo em vista que o **FUNDO** foi autorizado pelo Colegiado da CVM no Processo RJ2007/14146 a prestar garantias com os ativos integrantes de sua carteira como garantia real, no caso de transferência de Cotas, o adquirente deverá ser informado pelo Administrador sobre qualquer garantia real já outorgada envolvendo os ativos do **FUNDO**. Isto feito, deverá o adquirente, anteriormente à aquisição das Cotas, prestar declaração expressa de ciência das garantias outorgadas pelo **FUNDO**, bem como se comprometer a observar totalmente os termos da regulamentação vigente.

Os adquirentes das Cotas que ainda não sejam Cotistas deverão igualmente preencher o conceito de investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, bem como deverão aderir aos termos e condições do **FUNDO** por meio da assinatura e entrega ao Administrador dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Cotistas do **FUNDO**.

3.2. EMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS

O valor do patrimônio inicial mínimo para funcionamento do **FUNDO** é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), devendo as Cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo serem

subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da respectiva data de registro da distribuição na CVM ou, conforme o caso, da data da dispensa do registro outorgada pela CVM.

Foram efetivamente distribuídas pelo **FUNDO** 6.000 (seis mil) Cotas, ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por Cota, totalizando R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

O valor da Cota nas distribuições subsequentes será o valor apurado no dia útil imediatamente anterior à data da respectiva emissão, resultado da divisão do Patrimônio Líquido do **FUNDO** pelo número de Cotas emitidas.

O prazo para subscrição das Cotas distribuídas pelo **FUNDO**, inclusive das Cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo estabelecido para funcionamento do **FUNDO**, é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da respectiva data de registro da distribuição na CVM ou, conforme o caso, da data da dispensa do registro outorgada pela CVM. Findo o período de subscrição acima estabelecido, as Cotas não subscritas serão automaticamente canceladas.

O valor mínimo para subscrição de cada Cotista é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Não haverá limite máximo para subscrição de Cotas.

Por ocasião de qualquer subscrição, o Cotista deverá assinar o Boletim de Subscrição e, conforme o caso, o Compromisso de Investimento, que conterá todas as disposições referentes ao valor comprometido de cada Cotista em relação ao **FUNDO** e à sua forma e integralização, além de menção expressa de que, no decorrer da vigência do **FUNDO**, haverá chamadas de capital às quais o Cotista estará obrigado, de acordo com regras constantes do referido instrumento e sob as penas nele expressamente previstas, constituindo sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições do Regulamento.

Os Cotistas do **FUNDO** não poderão ser chamados pelo Administrador para celebrar novos Compromissos de Investimento, salvo se aprovado pela Assembléia Geral de Cotistas, convocada especialmente para este fim, a qual deverá estabelecer o procedimento detalhado para a realização de novos investimentos pelos Cotistas, com base nas justificativas apresentadas pelo Administrador.

3.3. TAXA DE INGRESSO E TAXA DE SAÍDA

O Administrador receberá uma taxa de ingresso no valor de R\$ 558.000,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil reais) à vista, no momento da primeira integralização de Cotas do **FUNDO**. Não será cobrada qualquer taxa de ingresso, exceto a acima prevista, e também não será cobrada qualquer taxa saída dos Cotistas do **FUNDO**.

3.4. INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS

A integralização das Cotas do **FUNDO** deverá ocorrer durante todo Período de Investimento, mediante chamada do Administrador, de acordo com as condições estabelecidas no Compromisso de Investimento.

A integralização de novas Cotas pelos Cotistas, até o valor comprometido, deverão ocorrer mediante chamada do Administrador, que se dará mediante o envio, com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, de correspondência com aviso de recebimento dirigida para os endereços constantes no Boletim de Subscrição e, conforme o caso, no Compromisso de Investimento.

A integralização das Cotas do **FUNDO** poderá ser realizada em dinheiro ou cheque, mediante depósito em conta corrente em nome do **FUNDO** ou transferência eletrônica disponível (TED).

No ato de cada integralização de Cotas, o Cotista receberá comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será autenticado pelo Administrador.

4. RESGATE

É vedado o resgate das Cotas do **FUNDO**, a não ser por ocasião do término do prazo do **FUNDO** ou de sua Liquidação.

5. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS E PAGAMENTO DE RENDIMENTOS AOS COTISTAS

O produto da liquidação dos investimentos do **FUNDO** durante o Período de Desinvestimento, deduzidos os compromissos presentes e futuros do **FUNDO**, deverá ser distribuído aos Cotistas a título de amortização das Cotas, no prazo máximo de 10 (dez) dias. A amortização abrangerá todas as Cotas do **FUNDO** mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de Cotas existentes.

Se, excepcionalmente, a liquidação do investimento ocorrer durante o Período de Investimento, o Administrador, mediante aprovação da Assembléia de Cotistas, poderá optar pela amortização de Cotas no valor total dos recursos obtidos ou reter parte ou a totalidade dos recursos para o seu reinvestimento.

Dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, e quaisquer outros rendimentos inerentes às ações ou valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo detidas pelo **FUNDO**, que venham a ser distribuídos pelas Companhias Alvo, serão, mediante aprovação da Assembléia de Cotistas, distribuídos aos Cotistas, observando-se que caso os Rendimentos sejam distribuídos durante o Período de Investimento, tais recursos poderão ser reinvestidos, a critério da Assembléia Geral de Cotistas.

Os Rendimentos que venham a ser distribuídos pelas Companhias Alvo serão, em no máximo 1 (um) dia útil após seu recebimento pelo **FUNDO** e deduzidos os compromissos presentes e futuros do **FUNDO**, distribuídos diretamente aos Cotistas, na proporção das Cotas detidas pelos mesmos, podendo o Administrador, a seu critério, solicitar às

Companhias Alvo que façam esses pagamentos diretamente aos Cotistas, sendo que os tributos incidentes serão de responsabilidade dos Cotistas na condição de contribuintes, conforme definido na legislação tributária em vigor.

Nos casos em que as cotas forem custodiadas pela CETIP, os Rendimentos poderão ser distribuídos pela CETIP nos termos da regulamentação aplicável.

O Administrador deverá, nos prazos previstos no Regulamento, realizar as amortizações de Cotas, através de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente, ou, no caso de reinvestimento, informar aos Cotistas, através de carta, a destinação dos recursos.

Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de Cotas, bem como na liquidação do **FUNDO**, devendo a Assembléia Geral de Cotistas estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

6. OBJETIVO, POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

O **FUNDO** é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas localizadas no território nacional, que tenham por objetivo principal, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades relacionadas a investimentos em infra-estrutura no setor de transporte, tais como, rodoviário, metroviário, ferroviário e aeroportuário ou companhias que invistam em terceiras Companhias Alvo.

As companhias fechadas acima referidas deverão seguir as seguintes práticas de governança:

- I – proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- II – estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração;
- III – disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- IV – adesão a câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- V – no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- VI – auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

O **FUNDO** poderá investir em debêntures não conversíveis desde que seja assegurada ao **FUNDO** a participação no processo decisório e a efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da companhia emissora, devendo a respectiva escritura de debêntures conter os seguintes dispositivos:

I – imposição de observância de padrões de boa governança corporativa à companhia emissora, tais como, exemplificativamente, as acima referidas;

II – previsão de vencimento antecipado das debêntures na hipótese de os padrões de governança corporativa referidos no inciso I acima não serem respeitados;

III – mecanismos que propiciem a participação do **FUNDO** na administração da companhia emissora, tanto em seu processo decisório como na definição das políticas estratégica e de gestão das mesmas.

O **FUNDO** participará do processo de administração das Companhias Alvo (i) pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle; (ii) pela celebração de acordo de acionistas; ou (iii) pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao **FUNDO** efetiva influência na definição de política estratégica e na gestão das Companhias Alvo, preferencialmente através da indicação de membros do Conselho de Administração das mesmas.

O **FUNDO** deverá aplicar seus recursos na aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, ressalvado o disposto abaixo, de emissão das Companhias Alvo.

As importâncias recebidas pelo **FUNDO** a título de integralização de Cotas deverão ser depositadas em banco comercial, em nome do **FUNDO**, sendo obrigatória a sua aplicação na aquisição dos ativos referidos acima, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. Durante esse período, tais recursos deverão ser aplicados em títulos públicos ou em Certificados de Depósito Bancário emitidos por Banco comercial, múltiplo ou de investimento. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, os recursos em questão poderão ser aplicados, ainda, em títulos privados ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa.

Na hipótese de os valores integralizados não serem utilizados para fins de aquisição de valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo, no prazo previsto acima, poderá o Administrador, mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, determinar a prorrogação por períodos sucessivos de 45 (quarenta e cinco) dias ou, alternativamente, deduzir as exigibilidades do **FUNDO**, tais como custos de administração e demais encargos necessários para o funcionamento do **FUNDO**, obrigações e outros valores eventualmente registrados no seu passivo, e restituir o montante remanescente aos Cotistas a título de amortização das Cotas do **FUNDO**, em até 5 (cinco) dias após o término do referido prazo.

Salvo aprovação da maioria dos Cotistas, é vedada a aplicação de recursos do **FUNDO** em títulos e valores mobiliários de companhias nas quais participem:

I - o Administrador, os membros do Comitê de Investimento e Cotistas titulares de Cotas representativas de 5% (cinco por cento) do patrimônio do **FUNDO**, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total; e

II - quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira de operação de emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo **FUNDO**, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão ou (b) façam parte de conselhos de

administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora de valores mobiliários a serem subscritos pelo **FUNDO**, antes do primeiro investimento por parte do **FUNDO**.

Salvo aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo **FUNDO**, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no item I acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador.

Mediante a aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, é permitida a realização de operações pelo **FUNDO** nas quais seja possível a identificação de existência de conflitos de interesses entre o Administrador e/ou seus Cotistas e o investimento realizado.

É vedada ao **FUNDO** a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial através de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do **FUNDO** ou no qual haja direito de conversão.

Ainda, é permitido ao **FUNDO** aplicar seus excedentes de caixa em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, sem, entretanto, descaracterizar sua natureza e política de investimento.

Em função das características do **FUNDO**, os investimentos dos Cotistas estarão sujeitos aos riscos de concentração de carteira e de iliquidez, não sendo o Administrador responsável por eventual depreciação dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

Durante o Período de Investimento, o **FUNDO** dará preferência à realização de seus investimentos, respeitados os limites de composição e diversificação de investimentos aplicáveis ao **FUNDO**.

No Período de Desinvestimento, os investimentos deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto resultante será utilizado para amortização das Cotas do **FUNDO**, observado o disposto Regulamento.

7. AVALIAÇÃO DOS ATIVOS INTEGRANTES DA CARTEIRA DO FUNDO

A avaliação dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** será feita ordinariamente ao fim de cada trimestre civil, utilizando-se, na avaliação dos valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO**, os seguintes critérios e metodologias:

I - as ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo valor patrimonial contábil das Companhias Alvo, levando-se em consideração, ainda, se houver, quaisquer direitos especiais atribuídos aos acionistas das Companhias Alvo integrantes da carteira do **FUNDO**, previstos em Estatuto Social e/ou em Acordo de Acionistas, em casos de liquidação, dissolução, encerramento, incorporação, fusão ou venda das companhias;

II - as ações com cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo preço de fechamento do mercado no último dia de negociação do semestre civil;

III - as debêntures conversíveis em ações serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis* de acordo com as respectivas escrituras de emissão;

IV - os títulos de renda fixa serão avaliados pelo preço unitário dos títulos;

V - as cotas de fundo de investimento financeiro, terão seu valor determinado pelo administrador daqueles fundos nos termos da regulamentação em vigor; e

VI - os demais títulos e/ou valores mobiliários e demais ativos, bem como operações de derivativos que vierem a compor a carteira do **FUNDO** não referidos nos incisos anteriores serão precificados em conformidade com a regulamentação aplicável.

Somente as perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão provisionadas, podendo, conforme o caso, resultar na baixa do investimento.

8. COMITÊ DE INVESTIMENTO, COMITÊ CONSULTIVO E COMITÊ TÉCNICO

O **FUNDO** não possui conselho consultivo, comitê de investimentos, tampouco comitê técnico.

9. ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS

9.1. COMPETÊNCIA

Além das matérias estabelecidas na regulamentação própria, e de outras matérias previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral de Cotistas:

I - Tomar, anualmente, as contas relativas ao **FUNDO** e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;

II - Alterar o Regulamento do **FUNDO**;

III - Deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e escolha de seu substituto;

IV - Deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do **FUNDO**;

V - Deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas;

VI - Deliberar sobre o aumento na taxa de remuneração do Administrador, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do **FUNDO**;

VII - Deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do **FUNDO**;

VIII - Deliberar sobre a prorrogação dos prazos de subscrição e integralização de Cotas do **FUNDO**, observados os limites legais;

IX - Deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Cotistas;

X - Deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento do comitê de investimentos do **FUNDO**;

XI - Deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações de Cotistas;

XII - Deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da carteira do **FUNDO** na amortização de Cotas e Liquidação do **FUNDO**, observado o disposto no Capítulo XI do Regulamento;

XIII - Deliberar previamente sobre a realização de qualquer investimento ou desinvestimento proposto pelo Administrador nas Companhias Alvo;

XIV - Deliberar previamente sobre as matérias submetidas à aprovação das assembleias gerais e especiais de acionistas ou debenturistas das Companhias Alvo em que o **FUNDO** participar como acionista ou debenturista, devendo transmitir ao Administrador as instruções de voto do **FUNDO** em tais assembleias;

XV - Aprovar todo e qualquer acordo de acionistas, contrato, compromisso, termo ou ajuste de natureza diversa a ser firmado pelo **FUNDO**, que tenha por objeto assegurar-lhe efetiva influência na definição de política estratégica de gestão das Companhias Alvo;

XVI - Deliberar sobre a distribuição, aos Cotistas, de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, e quaisquer outros rendimentos inerentes às ações ou valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo; e

XVII - Deliberar sobre o penhor de ações de propriedade do **FUNDO**.

A Assembleia Geral de Cotistas reunir-se-á ordinariamente dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de tomar as contas do **FUNDO**, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais do **FUNDO** exigirem.

O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas.

9.2. CONVOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E VOTAÇÃO

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, alternativamente, mediante anúncio publicado em jornal de grande circulação, correspondência registrada, telegrama com comunicação de entrega ou fac-símile ou qualquer outro meio de comunicação eficaz, encaminhados a cada um dos Cotistas, contado o prazo do envio da comunicação aos Cotistas. As convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e as matérias a serem deliberadas.

Independentemente da convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas na forma prevista no Regulamento.

A Assembleia Geral de Cotistas poderá ser convocada pelo Administrador ou por Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas pelo **FUNDO**.

Os Cotistas deverão manter atualizados junto ao Administrador, todos os seus dados cadastrais, como nome completo, endereço, número de fax e endereço eletrônico para fins de recebimento da comunicação do **FUNDO**.

A Assembleia Geral de Cotistas instalar-se-á em primeira convocação, com a presença dos Cotistas que representem 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, do total de Cotas emitidas e, em segunda convocação, com qualquer número.

Não se instalando a Assembleia Geral de Cotistas em primeira convocação, deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral de Cotistas os Cotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas devem ser adotadas por votos que representem a totalidade das Cotas do **FUNDO**, correspondendo a cada Cota um voto.

Somente poderão votar na Assembléia Geral de Cotistas os Cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem inscritos no livro "Registro dos Cotistas" ou na conta de depósito, conforme for o caso.

As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal e os Cotistas poderão votar através de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da Assembléia Geral de Cotistas.

10. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

A administração e gestão da carteira do **FUNDO** são exercidas pelo Administrador, através de mandato outorgado pelos Cotistas, outorga esta que se considerará expressamente efetivada pela assinatura aposta pelo Cotista no Boletim de Subscrição e, conforme o caso, no Compromisso de Investimento a ser firmado pelo Cotista por ocasião de qualquer subscrição de Cotas do **FUNDO**.

O Administrador tem poderes para exercer todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO**, inclusive o de subscrever ações e o de comparecer e votar em assembleias gerais e especiais de acionistas ou debenturistas das Companhias Alvo, conforme o caso, observado o disposto no Regulamento.

A contratação, às expensas do **FUNDO**, de prestadores de serviços habilitados para assessorar o Administrador na administração do **FUNDO** dependerá da aprovação prévia da Assembléia Geral de Cotistas.

O exercício das funções de Administrador do **FUNDO** não impedirá o Administrador de continuar a exercer todas as atividades que lhe sejam permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis às instituições financeiras e/ou às instituições autorizadas pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, conforme o caso. No exercício dessas atividades, o Administrador poderá tomar posições de investimento ou recomendar aplicações que sejam diferentes daquelas recomendadas ao **FUNDO**, inclusive em relação a sociedades e/ou fundos de investimento de qualquer forma a ele relacionados, direta ou indiretamente, que possam concorrer com as Companhias Alvo objeto de investimento do **FUNDO**.

10.1. RENÚNCIA E/OU DESCREDECENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR

O Administrador deve ser substituído nas hipóteses de descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM, renúncia ou destituição por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará o Administrador obrigado a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de Cotistas para eleger seu substituto, a se realizar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo também facultado aos Cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas emitidas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, a convocação da referida Assembléia Geral de Cotistas.

No caso de renúncia, o Administrador deverá permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, devendo comunicar sua decisão aos Cotistas e à CVM com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador temporário até a eleição da nova administração.

10.2. OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei e do Regulamento, são obrigações do Administrador:

I - Manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do **FUNDO**:

- a) os registros de Cotistas e de transferências de Cotas;
- b) o livro de atas das Assembléias Gerais de Cotistas;
- c) o livro de presença de Cotistas;
- d) o arquivo de pareceres dos auditores independentes;
- e) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do **FUNDO**;
- f) a documentação relativa às operações e ao patrimônio do **FUNDO**.

Receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao **FUNDO**;

II - Custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do **FUNDO**;

III - Pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos no Regulamento ou na legislação aplicável;

IV - Elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do **FUNDO**, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições do Regulamento ou da legislação aplicável;

V - Fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral de Cotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;

VI - Se houver, fornecer aos Cotistas que isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo Administrador, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

VII - No caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no item I acima até o término do mesmo;

VIII - Exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do **FUNDO**;

- IX - Transferir ao **FUNDO** qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administrador;
- X - Manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do **FUNDO** custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- XI - Elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo XIV do Regulamento;
- XII - Firmar, em nome do **FUNDO**, acordo de acionista das Companhias Alvo ou, conforme o caso, ajuste de natureza diversa que tenha por objeto assegurar ao **FUNDO** efetiva influência na definição de política estratégica e gestão das Companhias Alvo, observada a necessidade de consulta prévia aos Cotistas, os quais deverão aprovar o inteiro teor de qualquer acordo ou ajuste dessa natureza a ser firmado em nome do **FUNDO**;
- XIII - Comparecer e votar em assembléias gerais e especiais de acionistas ou debenturistas das Companhias Alvo, estando o Administrador do **FUNDO** obrigado a seguir as instruções de voto transmitidas pelos Cotistas reunidos em Assembléia Geral de Cotistas;
- XIV - Cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas; e
- XV - Cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes do Regulamento.

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos itens VI e VII acima, o Administrador poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do **FUNDO** e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o **FUNDO** tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

Para os fins do item XIV acima, o Administrador compromete-se a convocar a Assembléia Geral de Cotistas especificamente para este fim, colocando à disposição dos Cotistas todos os documentos e informações necessários à apreciação das matérias submetidas à aprovação das assembléias das Companhias Alvo.

10.3. VEDAÇÕES AO ADMINISTRADOR

É vedado ao Administrador, direta ou indiretamente, em nome do **FUNDO**:

- I - Receber depósito em conta corrente;
- II - Contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade regulada pela CVM;
- III - Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, estando excluída desta vedação o penhor de ações de propriedade do **FUNDO**, observado o disposto no Regulamento;
- IV - Negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134/1999, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- V - Prometer rendimento predeterminado aos Cotistas; e
- VI - Aplicar recursos no exterior, na aquisição de bens imóveis e na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

11. REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

A partir da data da primeira integralização de Cotas, pelos serviços prestados ao **FUNDO**, o Administrador receberá uma taxa de administração calculada anualmente da seguinte forma:

$TAI = PL \times 2,0\% \text{ a.a.}$, onde:

TAI é a taxa de administração a ser paga; e

PL é o Patrimônio Líquido do **FUNDO**.

A Taxa de Administração, calculada nos termos acima, limitar-se-á a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) ao ano, não sendo devida pelos Cotistas qualquer quantia que ultrapasse tal valor.

A remuneração prevista acima deverá ser paga ao Administrador mensalmente, apropriada diariamente e debitada do **FUNDO** mensalmente, sendo que o primeiro débito deverá ser feito no primeiro dia útil do mês subsequente em que ocorrer a primeira integralização de Cotas e os débitos posteriores no primeiro dia dos meses subsequentes, livre dos tributos incidentes sobre a mesma.

O Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente a eventuais prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração devida.

12. SERVIÇOS DE LIQUIDAÇÃO, CUSTÓDIA, TESOURARIA E CONTABILIZAÇÃO

Os serviços de liquidação, custódia, tesouraria, controle de ativos e passivos, cálculo da Cota, processamento e contabilidade do **FUNDO** serão prestados pelo Custodiante.

13. FATORES DE RISCO

O investimento nas Cotas envolve riscos significativos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento no **FUNDO**, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Regulamento e, em especial, os riscos mencionados abaixo.

Os riscos descritos abaixo são aqueles de conhecimento do Administrador na data deste Prospecto. Riscos adicionais atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes, também podem afetar o **FUNDO** de forma adversa.

As aplicações realizadas no **FUNDO** e pelo **FUNDO** não contam com a garantia do Administrador, dos demais prestadores de serviços do **FUNDO**, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, e podem ser adversa e materialmente afetadas por quaisquer dos fatores de risco indicados abaixo, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do **FUNDO** e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Riscos Relacionados às Companhias Alvo

Setor de Atuação das Companhias Alvo - O **FUNDO** investirá seus recursos na aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas localizadas no território nacional, que tenham por objetivo principal, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades relacionadas a investimentos em infraestrutura no setor de transporte, tais como, rodoviário, metroviário, ferroviário e aeroportuário. Estas atividades estão expostas aos diversos riscos inerentes à elas.

Desempenho das Companhias Alvo - Os investimentos nas Companhias Alvo envolvem riscos relativos aos setores em que atuam. Não há garantia quanto ao desempenho de quaisquer desses setores e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Alvo acompanhe pari passu o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho de cada uma das Companhias Alvo acompanhe o desempenho médio das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o **FUNDO** e seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há garantia quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Além disso, o **FUNDO** influenciará na definição da política estratégica e na gestão das Companhias Alvo. Dessa forma, caso determinada Companhia Alvo tenha sua falência decretada e/ou caso haja desconsideração da personalidade jurídica da Companhia Alvo, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Companhia Alvo poderá ser atribuída ao **FUNDO**, o que poderá causar um impacto negativo no valor das Cotas.

Responsabilidade Ilimitada dos Cotistas - Caso o Patrimônio Líquido do **FUNDO** venha a ficar negativo, os Cotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, respondendo de forma ilimitada pelos passivos do **FUNDO**, na proporção de suas Cotas, de forma que o **FUNDO** possa fazer face de seus compromissos perante terceiros.

Ausência de Companhias a serem Alvo - O **FUNDO** foi constituído com a finalidade de investir seus recursos em Companhias Alvo que apresentem um potencial de valorização significativo. Tais escolhas se basearão em uma análise criteriosa dos fundamentos do negócio e suas perspectivas. Há o risco de não serem encontradas Companhias Alvo dispostas a desenvolver empreendimentos com as características perseguidas pelo **FUNDO**. Nesse caso, os recursos que não estiverem alocados nos termos da política de investimento do **FUNDO** deverão ser investidos na forma disposta neste Prospecto e no Regulamento do **FUNDO**, observado que, na hipótese de os recursos recebidos pelo **FUNDO** a título de integralização das Cotas não serem aplicados nos termos e prazos previstos no Regulamento, poderá o Administrador deduzir as exigibilidades do **FUNDO**, tais como custos de administração e demais encargos necessários para o funcionamento do **FUNDO**, obrigações e outros valores eventualmente registrados no seu passivo, e restituir o montante remanescente aos Cotistas a título de amortização das Cotas.

Amortização de Cotas Condicionada ao Retorno das Companhias Alvo - Os recursos gerados pelo **FUNDO** serão provenientes de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outros rendimentos que sejam atribuídos aos valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO** e ao retorno do investimento nas Companhias Alvo. A capacidade do **FUNDO** de amortizar as Cotas e/ou distribuir dividendos declarados em favor das ações de sua propriedade pelas Companhias Alvo está condicionada ao recebimento, pelo **FUNDO**, dos recursos acima citados.

Dificuldade de Acesso a Informações - Os investimentos do **FUNDO** poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar determinadas práticas de governança corporativa, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas, relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o **FUNDO** quanto: (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Alvo; e (ii) à correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar negativamente o valor da carteira e das Cotas.

Riscos Relacionados à Liquidez

Restrições ao Resgate de Cotas e Liquidez Reduzida - O **FUNDO**, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite resgate de Cotas a qualquer momento. Dessa forma, um Cotista interessado em alienar suas Cotas deverá encontrar, sob sua exclusiva responsabilidade, um adquirente para a sua participação, observado, ainda, que este deverá ser um Investidor Qualificado. Os Cotistas poderão ter dificuldades em realizar a venda de suas Cotas no momento em que desejarem e/ou obter preços reduzidos na venda das Cotas. Os Cotistas devem estar cientes de que a liquidez das cotas de fundos de investimento em participações é considerada baixa se comparada com outros ativos financeiros.

Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo - Caso o **FUNDO** precise se desfazer de parte ou da totalidade dos ativos integrantes da carteira, especialmente no caso de títulos e valores mobiliários de emissão de companhias fechadas, ou de companhias abertas sem ou com pouca negociação, poderá não haver demanda por esses ativos ou somente haver demanda a preços reduzidos, em prejuízo do patrimônio do **FUNDO**, e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas. Além disso, como os investimentos do **FUNDO** deverão propiciar-lhe a sua efetiva participação no processo decisório das Companhias Alvo, o **FUNDO** estará sujeito às normas sobre vedação à negociação de valores mobiliários impostas às pessoas que têm acesso a informações sobre as Companhias Alvo. Assim, caso o **FUNDO** tenha acesso a informações sobre as Companhias ALvo, não poderá negociar os valores mobiliários de emissão das respectivas companhias até que tais informações sejam divulgadas.

Riscos de Mercado

Capacidade de Crédito - Os ativos financeiros integrantes da carteira podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros. O **FUNDO** poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos em nome do **FUNDO**. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira, o **FUNDO** poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Não Recuperação dos Recursos Aplicados - O não cumprimento, nas datas previstas, das obrigações referentes aos valores mobiliários por parte das Companhias Alvo poderá prejudicar a capacidade de pagamento e a rentabilidade do **FUNDO** e dos Cotistas, podendo, ainda, o **FUNDO** incorrer em custos adicionais, na tentativa de recuperação dos créditos inadimplentes. Além disso, caso o **FUNDO** venha a tomar medidas para a cobrança, seja por procedimento judicial ou extrajudicial, dos valores mobiliários integrantes da carteira cujos valores de principal ou encargos não tenham sido honrados, não há quaisquer garantias de que os montantes devidos serão recuperados total ou parcialmente e em prazo compatível com o Prazo de Duração. Nessa hipótese, os rendimentos do **FUNDO** e, conseqüentemente, dos Cotistas, poderão ser adversamente afetados.

Outros Riscos

Riscos Sistêmicos ou de Regulação - O **FUNDO** também está sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador e dos demais prestadores de serviços do **FUNDO**, tais como moratória, alteração na política monetária, alterações na regulamentação e/ou legislação, inclusive tributária, aplicáveis a fundos de investimento em participações, bem como mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira. Tais riscos, caso materializados podem ter impacto nos resultados das posições assumidas pelo **FUNDO** e nas condições de operação deste, afetando, portanto, adversamente a rentabilidade do **FUNDO** e o valor das Cotas.

Fatores Macroeconômicos - As premissas de cada investimento serão estabelecidas de acordo com condições macroeconômicas sujeitas a alterações, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e de capitais brasileiro. No momento da presente distribuição, está em curso uma crise financeira mundial que tem impactado negativamente o valor dos ativos e que tem conseqüências econômicas imprevisíveis. Neste contexto, o Brasil não está imune à crise atual nem a uma deterioração do cenário econômico global, sendo que o risco de uma desaceleração econômica é plausível, não podendo desconsiderar a hipótese de uma forte recessão interna no caso de ocorrência do pior cenário previsto. Confirmando-se a ocorrência de uma forte recessão econômica interna, não podemos prever se os projetos nos quais o **FUNDO** virá a investir serão rentáveis ou não no futuro. Nesse caso, os ganhos do **FUNDO** podem ser prejudicados, causando eventuais prejuízos aos Cotistas. Além disso, alterações macroeconômicas podem aumentar a inadimplência, gerando prejuízos ou reduzindo ganhos dos Cotistas.

Não existência de Garantia de Rentabilidade - A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio **FUNDO** não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do **FUNDO** em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Cotas.

Descontinuidade - O Regulamento estabelece a possibilidade de liquidação do **FUNDO**, caso seja deliberado em Assembléia Geral de Cotistas, por quorum qualificado de titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas, liquidar antecipadamente o

FUNDO. Nessas situações, os Cotistas terão o prazo original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo **FUNDO**, não sendo devida pelo **FUNDO**, pelo Administrador ou pelos demais prestadores de serviços do **FUNDO**, nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

14. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O **FUNDO** entrará em Liquidação ao final de seu prazo de duração ou de sua prorrogação ou por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Por ocasião da Liquidação do **FUNDO**, o Administrador deverá promover a realização dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** e o produto resultante deverá ser entregue aos Cotistas como forma de pagamento pela amortização de suas Cotas, na proporção de cada um no Patrimônio Líquido do **FUNDO**.

A alienação dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** por ocasião da Liquidação do **FUNDO** poderá ser feita através de uma das formas a seguir, à inteira discrição do Administrador: (i) venda através de transações privadas; ou (ii) venda em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, no Brasil.

Mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o Administrador poderá promover a divisão do patrimônio do **FUNDO** entre os Cotistas, na proporção de suas Cotas, mediante a utilização dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** como forma de pagamento aos Cotistas pela amortização de suas Cotas, sendo, neste caso, tais ativos avaliados com base nos critérios estabelecidos no item 7 acima.

A Liquidação do **FUNDO** e a divisão de seu patrimônio entre os Cotistas deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados do encerramento do prazo de duração do **FUNDO** ou da data da realização da Assembléia Geral de Cotistas que deliberou sobre a Liquidação do **FUNDO**, conforme o caso.

15. ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração do Administrador, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pelo Administrador:

- I - Emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO**;
- II - Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- III - Despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos previstas na regulamentação aplicável;
- IV - Despesas com correspondência de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos Cotistas;
- V - Honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do **FUNDO**;

VI - Honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação caso o **FUNDO** venha a ser vencido;

VII - Parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;

VIII - Prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do **FUNDO** entre bancos;

IX - Quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou Liquidação do **FUNDO** e a realização de Assembléias Gerais de Cotistas, dentro de limites estabelecidos no Regulamento, os quais poderão ser alterados por Assembléia Geral de Cotistas;

X - Taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do **FUNDO**; e

XI - Despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, desde que aprovadas pela Assembléia Geral de Cotistas.

Quaisquer despesas não previstas no Regulamento como encargos do **FUNDO** correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Cotistas.

16. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES

O exercício social do **FUNDO** terá a duração de 1 (um) ano e terminará no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulamentação vigente.

O **FUNDO** terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do **FUNDO** serem segregadas das do Administrador, bem como das do Custodiante.

As demonstrações financeiras do **FUNDO**, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, devendo observar a metodologia para determinação do valor de contabilização dos ativos do **FUNDO** prevista no Artigo 53 do Regulamento.

O **FUNDO** deverá levantar balanços semestrais.

O Administrador deverá enviar aos Cotistas e à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, as seguintes informações:

I - Trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações: (i) valor do Patrimônio Líquido do **FUNDO**; e (ii) número de Cotas emitidas.

II - Semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações: (i) a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram; (ii) demonstrações contábeis do **FUNDO** acompanhadas da declaração a que se refere o inciso V do Artigo 15 do Regulamento; (iii) os encargos debitados ao **FUNDO**, em conformidade com o disposto no Artigo 47 do Regulamento, especificados seus valores; e (iv) a relação das instituições encarregadas da

prestação de serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira;
e

III - Anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações: (i) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente; (ii) o valor patrimonial da Cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e (iii) os encargos debitados do **FUNDO**, em conformidade com o disposto no Artigo 47 do Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do **FUNDO**.

17. TRIBUTAÇÃO

17.1. TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo **FUNDO** estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do **Fundo** são isentos do Imposto de Renda.

17.2. TRIBUTAÇÃO SOBRE OS COTISTAS

Imposto de Renda

As informações abaixo baseiam-se na legislação brasileira em vigor e têm por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável ao Cotista e ao **FUNDO** nesta data, sendo passível de alteração em decorrência de mudanças na legislação ora em vigor. Existem exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual o Cotista deve consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no **FUNDO**.

- COTISTAS RESIDENTES E DOMICILIADOS NO PAÍS

Os rendimentos auferidos no resgate de cotas do **FUNDO** ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas.

Os ganhos auferidos na alienação de Cotas do **FUNDO** serão tributados à alíquota de 15% (quinze por cento): (i) como ganho líquido quando auferidos por pessoa física em operações realizadas em bolsa e por pessoa jurídica em operações realizadas dentro ou fora de bolsa; (ii) de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens ou direitos de qualquer natureza quando auferidos por pessoa física em operações realizadas fora de bolsa.

No caso de amortização de Cotas, o imposto incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% (quinze por cento).

- COTISTAS NÃO RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR

A alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos nas aplicações no **FUNDO** quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional corresponderá a 0 (zero), desde que:

- (i) o Cotista titular de Cotas que, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, represente, no máximo, 40% (quarenta por cento) das Cotas emitidas pelo **FUNDO** ou cujas cotas, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, lhe derem direito ao recebimento de rendimento inferior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo **FUNDO**;
- (ii) o Cotista não seja um residente ou domiciliado em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) (os chamados "paraísos fiscais").

Para fins de legislação, considera-se pessoa ligada ao Cotista:

- (i) pessoa física: (a) seus parentes até o 2º (segundo) grau; (b) empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o 2º (segundo) grau; (c) sócios ou dirigentes de empresa sob seu controle referida na alínea b acima ou no item (ii) abaixo; e
- (ii) pessoa jurídica, a pessoa que seja sua controladora, controlada ou coligada, conforme definido nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 243 da Lei das Sociedades Anônimas.

Para que tributação dos rendimentos e dos ganhos auferidos pelos Cotistas do **FUNDO** seja a exposta acima, o **FUNDO** deverá:

- (i) cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM; e
- (ii) sem prejuízo da regulamentação estabelecida pela CVM, além do item (i) acima, ter a sua carteira composta de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Caso não sejam observadas pelo **FUNDO** as exigências descritas nos itens (i) e (ii) acima, ficarão sujeitos à tributação do imposto de renda na fonte, às alíquotas previstas nos incisos I a IV do caput do Art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, os rendimentos auferidos pelo Cotista quando da distribuição de valores pelo **FUNDO**.

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das Cotas do **FUNDO**, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306/07, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

18. Breve Histórico da Administradora

O Administrador é um banco de investimento internacional que atende clientes institucionais, corporativos, governos e pessoas físicas.

O Administrador integra o Grupo Banif, um conglomerado financeiro com sede em Portugal, com ações negociadas na Euronext. O Grupo Banif possui diversas empresas atuando no setor financeiro, de seguros e imobiliário, e é apoiado por uma vasta rede de distribuição, tendo presença em diversos países como Portugal, Brasil, Estados Unidos, Canadá, Venezuela, África do Sul, Bermudas, Inglaterra, México, Ilhas Cayman, Argentina, Bahamas, Hungria e Espanha.

Com 452 (quatrocentas e cinquenta e duas) agências/pontos de venda, mais de 1.000.000 (um milhão) de clientes e cerca de 3.400 funcionários, o Grupo Banif possui total de ativos superiores a R\$ 26.000.000.000,00 (vinte e seis bilhões de reais), aproximadamente R\$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de reais) em ativos de terceiros sob gestão, e patrimônio líquido acima de R\$1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais). O Grupo Banif é líder do mercado financeiro na Região Autônoma da Madeira e na Região Autônoma dos Açores, com uma forte presença em Portugal Continental, tanto na área de banco comercial como na área de banco de investimento.

O Grupo Banif está presente no Brasil desde 1996, quando instalou, autorizado pelo Banco Central, seu escritório de representação. Em 1999, sua presença foi consolidada com a aquisição do Banco Primus, constituído em 1986. Suas principais áreas de atuação são: gestão de recursos de terceiros por meio da Banif Nitor; corretagem de valores por meio da Banif Corretora, no Brasil, da Banif Securities Inc., em Nova Iorque e do Administrador, em Lisboa; emissão e negociação de títulos de renda fixa e variável nos mercados de capitais local e internacional; derivativos e gestão de risco; securitização de ativos; project finance; corporate finance; estruturação de operações no mercado imobiliário; private equity; private bank e home broker, por meio da BanifInvest.

Em 2005, entre as operações coordenadas pelo Administrador, destacam-se as debêntures da CADIP – Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., no valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), as 2ª e 3ª emissões de debêntures da Gafisa S.A., no valor total de R\$ 179.000.000,00 (cento e setenta e nove milhões de reais), e a distribuição de cotas do FIDC BMC Premium – Veículo, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Em 2006, entre as operações coordenadas pelo Administrador destacam-se a 4ª emissão de debêntures da COPEL – Companhia Paranaense de Energia, no valor total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), a distribuição de Certificados de Recebíveis

Imobiliários lastreados em recebíveis cedidos pela Petrobras Distribuidora, no valor de R\$ 73.600.000,00 (setenta e três milhões e seiscentos mil reais), a emissão de Notas Promissórias e CCB de Furnas Centrais Elétricas S.A., no valor total de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e R\$ 112.600.000,00 (cento e doze milhões e seiscentos mil reais), respectivamente, e a distribuição de debêntures do BNDESPAR, no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). O Administrador também atuou na distribuição de cotas do FIP Banif Primus Real Estate, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e nos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora de R\$ 7.130.000,00 (sete milhões, cento e trinta mil reais) e R\$ 2.424.000,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil reais).

Em 2007, o Administrador participou da distribuição da 3ª emissão pública de debêntures de BNDESPAR, no valor total de R\$ 1.350.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões de reais) e da oferta pública de ações do Banco do Brasil, no valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), além de ter coordenado a oferta pública para aquisição de ações representativas de controle da João Fortes Engenharia S.A., totalizando R\$ 56.275.966,80 (cinquenta e seis milhões, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos). O Administrador também atuou como administrador e distribuidor do Fundo de Investimento em Participações – FIP Amazônia Energia, acionista da Madeira Energia S.A. – MESA, sociedade de propósito específico, constituída para a construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira.

Já em 2008, o Administrador participou como Coordenador das seguintes emissões de debêntures: (i) Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples da Unidas S.A., no valor total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), (ii) Distribuição Pública de Debêntures Simples da 1ª Emissão da Trisul S.A., no valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e (iii) Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures da Klabin Segall S.A., no valor total de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais). Além disso, promoveu a 3ª emissão de cotas do Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Real Estate, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e estruturou o Fundo de Investimento em Participações Banif Real Estate III, no valor de 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia II, no valor de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) e o Fundo de Investimento em Participações Brazil Growth and Development, no valor de R\$ 257.000.000,00 (duzentos e cinquenta e sete milhões de reais).

19. Cronograma da Oferta

<u>Evento</u>	<u>Data de Realização</u>
Deliberação do Administrador que aprovou a constituição do FUNDO .	23.09.2005
Data de registro do FUNDO perante a CVM.	24.10.2005
Início do Período de Investimento.	13.12.2006
Início do Período de Desinvestimento.	13.12.2010

20. Atendimento ao Cotista

Os potenciais investidores e os Cotistas poderão solicitar quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o **FUNDO** e sobre sua distribuição, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do **FUNDO**, entrando em contato com o **ADMINISTRADOR** através dos contatos abaixo indicados, ou em contato com a CVM:

Endereço: Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3074-8000

Fax: (11) 3074-8142

E-mail: ifranco@banifib.com.br

O **ADMINISTRADOR** é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição de cotas do **FUNDO**.

21. Situação Financeira

21.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2008



**Fundo de Investimento em Participações Banif
Primus Infra-Estrutura
CNPJ nº 07.707.591/0001-80
(Administrado pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.)**

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2008 e 2007**



Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura

(Administrado pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.)

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2008 e 2007

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Demonstração da composição e diversificação das aplicações	4
Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6 - 12

ABCD

KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos

Cotistas e ao Administrador do

Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura

(Administrado pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.)

São Paulo - SP

1. Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura em 31 de dezembro de 2008 e a respectivas demonstrações das evoluções do patrimônio líquido, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura em 31 de dezembro de 2008 e as mutações de seu patrimônio líquido, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. O Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura participa na Montgomery Participações S.A. que por sua vez tem participação na Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. que conforme divulgado em suas demonstrações financeiras, a empresa encontra-se em fase pré-operacional.

31 de março de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura

(Administrado pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações

em 31 de dezembro de 2008

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificações	Tipo	Quantidade	Cotação preço unitário - R\$	Valor atual	% sobre o ativo
Disponibilidades				<u>1</u>	<u>0,01</u>
Banco conta movimento				1	0,01
Aplicações interfinanceiras de liquidez				<u>363</u>	<u>2,51</u>
Letras Financeiras do Tesouro				363	2,51
Ações				<u>14.066</u>	<u>97,48</u>
Montgomery Participações S.A.	ON	14.065.999	1,00	14.066	97,48
Total do ativo				<u>14.430</u>	<u>100,00</u>
Valores a pagar				<u>30</u>	<u>0,21</u>
Taxa de administração				25	0,18
Outros				5	0,03
Patrimônio líquido				<u>14.400</u>	<u>99,79</u>
Total passivo e patrimônio líquido				<u>14.430</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações Banif Primus
Infra-Estrutura

(Administrado pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.)

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2008	2007
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 624,000 cotas a R\$ 9.142,963542 cada	5.705	
Representado por 359,000 cotas a R\$ 9.853,682981 cada		3.537
Cotas emitidas		
900,000 cotas	9.000	
265,000 cotas		2.650
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício	<u>14.705</u>	<u>6.187</u>
Resultados do exercício		
Receitas	<u>62</u>	<u>29</u>
Rendas de títulos e valores mobiliários	62	29
Despesas	<u>(367)</u>	<u>(511)</u>
Taxa de administração	(289)	(435)
Custódia	(59)	(51)
Despesas diversas	(19)	(25)
Resultado do exercício	<u>(305)</u>	<u>(482)</u>
Patrimônio líquido no final do exercício		
Representado por 1.524,000 cotas a R\$ 9.448,641424 cada	<u>14.400</u>	
Representado por 624,000 cotas a R\$ 9.142,963542 cada		<u>5.705</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura

(Administrado pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura foi constituído em 13 de dezembro de 2006 sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, e tem por objetivo destinar os recursos à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas localizadas no território nacional, que tenham por objetivo principal, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades relacionadas a investimentos em infra-estrutura no setor de transportes, tais como, rodoviário, metroviário, ferroviário e aeroportuário ou companhias que invistam em terceiras Companhias Alvo. É vedado a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial através de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

O Fundo entrou em funcionamento após o protocolo de seus atos constitutivos na Comissão de Valores Mobiliários, tendo prazo de 10 anos, contados da data da integralização das cotas constituídas do patrimônio inicial, prorrogáveis por períodos sucessivos de um ano, mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas.

O Período de Investimento do Fundo ocorrerá durante os 4 primeiros anos de sua duração, onde o Fundo dará preferência à realização de seus investimentos. Nos 6 anos seguintes ao período de investimento, os investimentos deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto resultante será utilizado para amortização de cotas do Fundo. Esse período constituirá o período de desinvestimento.

Em função das características do Fundo, os investimentos dos cotistas estarão sujeitos aos riscos de concentração da carteira e de iliquidez, não sendo o Administrador responsável por eventual depreciação dos ativos que compõem a carteira do Fundo.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, Gestor ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

A gestão da carteira do Fundo é realizada pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.

Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura

(Administrado pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a fundos de investimento. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

b. Ações sem cotação em bolsa

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercados de balcão organizado serão avaliadas pelo valor patrimonial contábil das companhias-alvo, levando-se em consideração, ainda, se houver, quaisquer direitos especiais atribuídos aos acionistas das companhias-alvo integrantes da carteira do Fundo, previstos em estatuto social e/ou acordo de acionistas.

Por decisão do Administrador, considerando as informações disponíveis da investida nesta data, e por avaliarem que não representariam ajustes relevantes, os investimentos nas ações sem cotação em bolsa foram mantidos pelo custo de aquisição em 31 de dezembro de 2008.

Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura

(Administrado pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

c. Redução do valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda no valor recuperável. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda, caso o valor contábil seja superior a seu valor recuperável.

4 Emissão, resgate e amortização de cotas

a. Emissão

Serão emitidas e distribuídas, inicialmente, 5.000 cotas, ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cota, totalizando R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). A quantidade de cotas inicialmente distribuída poderá, a critério do ofertando e sem a necessidade de novo pedido ou de modificação dos termos da oferta, ser aumentada, até o momento de 20% da quantidade inicialmente ofertada.

A integralização das cotas do Fundo deverá ocorrer durante todo Período de Investimento, mediante chamada do Administrador, de acordo com as condições estabelecidas no Compromisso de Investimento.

O valor mínimo para subscrição de cada cotista é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Não haverá limite máximo para subscrição de cotas.

A integralização de novas cotas pelos cotistas, até o valor comprometido, deverão ocorrer mediante chamada do Administrador, que dará mediante o envio, com, no mínimo, 5 dias úteis de antecedência, de correspondência com aviso de recebimento dirigida para os endereços constantes no Boletim de Subscrição e, conforme o caso, no Compromisso de Investimento.

As cotas são subscritas mediante a assinatura pelo Subscritor do Boletim de Subscrição, o qual adquire validade a partir da autenticação pelo Administrador.

Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura

(Administrado pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

b. Resgates

É vedado o resgate das cotas do Fundo, a não ser por ocasião do término do prazo do Fundo ou de sua liquidação.

c. Amortização das cotas

O produto da liquidação dos investimentos do Fundo, durante o período de desinvestimento, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, deverá ser distribuído aos cotistas a título de amortização das cotas, no prazo máximo de 10 dias. A amortização abrangerá todas as cotas do Fundo mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas existentes. Se, excepcionalmente, a liquidação do investimento ocorrer durante o período de investimento, o Administrador, a seu exclusivo critério, poderá optar pela amortização de cotas no valor total dos recursos obtidos ou reter parte ou a totalidade dos recursos para o seu reinvestimento.

5 Distribuição de resultados

Dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, juros e quaisquer outros rendimentos inerentes às ações ou valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo detidas pelo Fundo, que venham a ser distribuídos pelas Companhias Alvo, serão distribuídos aos cotistas, observando que caso os rendimentos sejam distribuídos durante o Período de Investimento, tais recursos poderão ser reinvestidos, a critério da Assembléia Geral de Cotistas.

Rendimentos que venham a ser distribuídos pelas companhias alvo, serão, em, no máximo, um dia útil após seu recebimento pelo Fundo e deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, distribuídos aos cotistas, na proporção das cotas detidas pelos mesmos, a título de amortização de cotas, podendo o Administrador, a seu critério, solicitar às companhias alvos que façam esses pagamentos diretamente aos cotistas.

Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura

(Administrado pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

6 Taxa de administração

A partir da data da primeira integralização de cotas, o Administrador receberá uma taxa de administração calculada anualmente da seguinte forma:

$$TAI = PL \times 2,0\% \text{ a.a.}$$

Onde:

- **TAI** é a taxa de administração a ser paga durante o período de investimento;
- **PL** é o patrimônio líquido do Fundo.

A taxa de administração, calculada limitar-se-á a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) ao ano, não sendo devida pelos cotistas qualquer quantia que ultrapasse tal valor.

A remuneração prevista acima deverá ser apropriada diariamente e paga ao Administrador mensalmente, sendo que o primeiro débito deverá ser feito no primeiro dia útil do mês subsequente em que ocorrer a primeira integralização de cotas e os débitos posteriores no primeiro dia dos meses subsequentes, livres dos tributos incidentes sobre a mesma.

O Administrador pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente a eventuais prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante da taxa de administração devida.

7 Tributação

a. Imposto de renda

No resgate de cotas, a base de cálculo do imposto de renda será a diferença positiva entre o valor de resgate e o valor de aquisição, sendo aplicada alíquota de quinze por cento.

A forma de apuração e retenção de imposto de renda na fonte descrita acima não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regimes de tributação diferenciados, nos casos previstos na legislação em vigor.

Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura

(Administrado pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

b. IOF (Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007)

O art. 32 do Decreto nº 6.306/07 determina a incidência do IOF, à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado ao percentual de rendimento da operação, em função do prazo de aplicação. Esse limite percentual decresce à medida que aumenta o número de dias decorridos entre a aplicação e o resgate de cotas, conforme a tabela anexa ao Decreto nº 6.306/07. Para os resgates/amortizações efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não haverá cobrança desse IOF.

8 Encargos e despesas debitados ao Fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio são os seguintes:

Semestre	Taxa de administração		Outras despesas	
	R\$	%	R\$	%
Exercício findo em 31 de dezembro de 2008	289	2,01	78	0,54
Exercício findo em 31 de dezembro de 2007	435	12,09	76	2,10
13 de dezembro a 31 de dezembro de 2006	52	1,50	5	0,14

9 Rentabilidade

A rentabilidade nos últimos exercícios foi a seguinte:

Data	Rentabilidade (%) (*)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2008	3,34
Exercício findo em 31 de dezembro de 2007	(7,21)
Período de 13 de dezembro a 31 de dezembro de 2006	(1,46)

(*) A variação da cota não representa verificação eficaz da rentabilidade do Fundo, considerando que os investimentos estão registrados ao custo de aquisição. A rentabilidade do Fundo será objeto de aferição objetiva por ocasião da realização financeira dos investimentos e do encerramento e liquidação do mesmo.

Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura

(Administrado pelo Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

10 Contingências Outras informações

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

11 Contrato de prestação de serviços de controladoria para o Fundo

O Administrador contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de custódia controladoria e contabilidade de ativos da carteira do Fundo e tesouraria, relativos a este Fundo, de acordo com as normas Legais e Regulamentares.

12 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que o Administrador, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a estes fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

21.2. BALANÇO

Competência janeiro de 2008 até junho de 2008

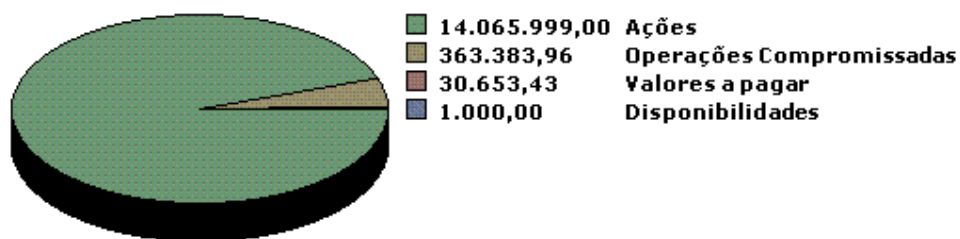
Conta	Descrição da Conta	Valor Saldo
10000007	Circulante e realizável a longo prazo	14.589.955,03
11000006	Disponibilidades	1.000,00
11200002	Depósitos bancários	1.000,00
11280008	Bancos privados - conta depósitos	1.000,00
12000005	Aplicações interfinanceiras de liquidez	522.956,03
12100008	Aplicações em operações compromissadas	522.956,03
12110005	Revendas a liquidar - posição bancada	522.956,03
12110036	Letras financeiras do tesouro	522.956,03
13000004	Títulos e val. mob. e inst. financ. derivativos	14.065.999,00
13100007	Livres	14.065.999,00
13120001	Títulos de renda variável	14.065.999,00
13120104	Ações de companhias abertas	14.065.999,00
30000001	Compensação	28.131.998,00
30300000	Títulos e valores mobiliários	14.065.999,00
30330001	Títulos para negociação	14.065.999,00
30330757	Títulos privados - renda variável	14.065.999,00
30400003	Custodia de valores	14.065.999,00
30430004	Depositários de valores em custodia	14.065.999,00
30430107	Próprios	14.065.999,00
39999993	Total geral do ativo	42.721.953,03
40000008	Circulante exigível a longo prazo	28.909,50
49000009	Outras obrigações	28.909,50
49900006	Diversas	28.909,50
49930007	Provisão para pagamentos a efetuar	4.610,69
49930502	Outras despesas administrativas	4.610,69
49983009	Valores a pagar a sociedade administradora	24.298,81
60000002	Patrimônio líquido	14.561.045,53
61000001	Patrimônio líquido	14.561.045,53
61100004	Capital social	15.240.000,00
61170003	Cotas de investimento	15.240.000,00
61170302	Pessoas jurídicas	15.240.000,00
61800005	Lucros ou prejuízos acumulados	-678.954,47
61810002	Lucros ou prejuízos acumulados	-678.954,47
90000003	Compensação	28.131.998,00
90300002	Títulos e valores mobiliários	14.065.999,00
90320006	Títulos e val. mob. classif. em categorias	14.065.999,00
90400005	Custodia de valores	14.065.999,00
90430006	Valores custodiados	14.065.999,00
99999995	Total geral do passivo	42.721.953,03

Competência julho de 2008 até dezembro de 2008

Conta	Descrição da Conta	Valor Saldo
10000007	Circulante e realizável a longo prazo	14.430.382,96
11000006	Disponibilidades	1.000,00
11200002	Depósitos bancários	1.000,00
11280008	Bancos privados - conta depósitos	1.000,00
12000005	Aplicações interfinanceiras de liquidez	363.383,96
12100008	Aplicações em operações compromissadas	363.383,96
12110005	Revendas a liquidar - posição bancada	363.383,96
12110036	Letras financeiras do tesouro	363.383,96
13000004	Títulos e val. mob. e inst. financ. derivativos	14.065.999,00
13100007	Livres	14.065.999,00
13120001	Títulos de renda variável	14.065.999,00
13120104	Ações de companhias abertas	14.065.999,00
30000001	Compensação	28.131.998,00
30300000	Títulos e valores mobiliários	14.065.999,00
30330001	Títulos para negociação	14.065.999,00
30330757	Títulos privados - renda variável	14.065.999,00
30400003	Custodia de valores	14.065.999,00
30430004	Depositários de valores em custodia	14.065.999,00
30430107	Próprios	14.065.999,00
39999993	Total geral do ativo	42.562.380,96
40000008	Circulante exigível a longo prazo	30.653,43
49000009	Outras obrigações	30.653,43
49900006	Diversas	30.653,43
49930007	Provisão para pagamentos a efetuar	5.485,87
49930502	Outras despesas administrativas	5.485,87
49983009	Valores a pagar a sociedade administradora	25.167,56
60000002	Patrimônio líquido	14.399.729,53
61000001	Patrimônio líquido	14.399.729,53
61100004	Capital social	15.240.000,00
61170003	Cotas de investimento	15.240.000,00
61170302	Pessoas jurídicas	15.240.000,00
61800005	Lucros ou prejuízos acumulados	-840.270,47
61810002	Lucros ou prejuízos acumulados	-840.270,47
90000003	Compensação	28.131.998,00
90300002	Títulos e valores mobiliários	14.065.999,00
90320006	Títulos e val. mob. classif. em categorias	14.065.999,00
90400005	Custodia de valores	14.065.999,00
90430006	Valores custodiados	14.065.999,00
99999995	Total geral do passivo	42.562.380,96

21.3. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Competência dezembro de 2008



Patrimônio Líquido do Fundo: R\$ 14.399.729,53

Data de Recebimento das Informações: 26/02/2009 09:49:21

Lista de Aplicações.										
Ativo	Classificação	Empresa Ligada	Negócios Realizados no Mês				Posição Final			
			Vendas		Aquisições		Quant.	Valores		% Patr. LÍq.
			Quant.	Valor	Quant.	Valor		Custo	Mercado	
Ações Descrição: MTGY3 CNPJ do emissor: 08.035.833/0001-08 Denominação Social do emissor: MONTGOMERY PARTICIPACOES SA	Para negociação						14.065.999	14.065.999,00	14.065.999,00	97,682
Disponibilidades Descrição: Disponibilidade	Para negociação								1.000,00	0,007
Operações Compromissadas Cod. SELIC: 210100 Venc.: 07/03/2014	Para negociação							363.199,50	363.383,96	2,524
Valores a pagar Descrição: Valores a Pagar	Para negociação								30.653,43	-0,213
Valores a receber Descrição: Valores a Receber	Para negociação								0,00	0

21.4. PARECER DO ADMINISTRADOR SOBRE OPERAÇÕES E RESULTADOS DO 2º SEMESTRE DE 2008



PARECER DO ADMINISTRADOR DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA

OPERAÇÕES E RESULTADO

Segundo Semestre de 2008

São Paulo, 13 de Março de 2009.

O **BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S/A**, com sede nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30 – 15º andar, inscrito no CNPJ nº 033.753.740/0001-58, representado na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de Administrador do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA** (“Fundo”), vem, em cumprimento ao disposto do artigo 14, inciso V da Instrução CVM nº 391/03, apresentar parecer relativo às operações e ao resultado do Fundo no exercício social do primeiro semestre de 2008, encerrado em 31 de Dezembro de 2008.

O Fundo ainda encontra-se no Período de Investimento (conforme definido no regulamento do Fundo), e está em pleno processo de negociação para aquisição de ativos que componham seu “portfolio alvo”.

Como resultado de tal investimento, a rentabilidade auferida no período foi de (-1,10)%, encerrando o segundo semestre de 2008 com o patrimônio líquido de R\$ 14.399.729,53 (Quatorze milhões, trezentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos).

 BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S/A <i>Isabel Franco de Sousa</i> Diretora	 BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S/A <i>Regina Harada</i> Gerente Administrativa
---	--

21.5. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Período de competência:	Abril de 2009 até junho de 2009
Patrimônio líquido: (em R\$)	22.513.367,21
Quantidade de Cotas:	2352
Valor Patrimonial da Cota:	9.572,009868200000

ANEXO I - Ata de Assembléia Geral Extraordinária

10q.R.T.D. MICROFILME No.1.897.425

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BANIF PRIMUS INFRA- ESTRUTURA

CNPJ/MF nº 07.707.591/0001-80

1. Local, Data, Hora: Aos 27 dias do mês de julho do ano de 2009, às 10:00 horas, na sede social do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A., administrador do Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Infra-Estrutura ("Administrador" e "Fundo", respectivamente), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30, 15º andar, Edifício Plaza JK.

2. Convocação e Presença: Convocação dispensada nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 20 do Regulamento do Fundo ("Regulamento") e nos termos do artigo 16, parágrafo 1º, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada, face à presença de todos os cotistas conforme assinaturas na Lista de Presença.

3. Mesa: Presidente: Átila Noaldo Serejo Alves Silva; Secretária: Isabel Maria Malta da Costa Franco de Sousa.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre a possibilidade de negociação das Cotas do Fundo na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos com a consequente alteração dos artigos 29 e 45 do Regulamento do Fundo.

5. Deliberação aprovada pelo cotista presente, único cotista do Fundo e sem quaisquer ressalvas: O cotista do Fundo aprovou a possibilidade de negociação das Cotas do Fundo na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos com a consequente alteração dos artigos 29 e 45 do Regulamento do Fundo, conforme abaixo discriminado.

Alteração do artigo 29 e parágrafo único do artigo 45 do Regulamento do Fundo para refletir que as cotas do Fundo poderão ser negociadas em bolsa ou mercado de balcão; e para excluir a responsabilidade solidária entre cedente e cessionário com relação às obrigações no tocante à integralização de cotas após a respectiva cessão, passando os artigos 29 e 45 a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 29. As cotas do fundo poderão ser admitidas à negociação em bolsa ou em mercado de balcão organizado, podendo vir a ser registradas para negociação nos módulos mantidos e operacionalizados pela CETIP. A cota do FUNDO poderá ser transferida ainda que não esteja integralizada, hipótese em que o cessionário poderá assumir isoladamente, por escrito, todas as obrigações que eram originalmente do cedente perante o FUNDO, no tocante à sua integralização."

"Artigo 45. Dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, e quaisquer outros rendimentos inerentes às ações ou valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo detidas pelo FUNDO, que venham a ser distribuídos pelas Companhias Alvo (os "Rendimentos"), serão, mediante aprovação da Assembléia de Cotistas, distribuídos





aos cotistas, na forma do Parágrafo Único deste Artigo, observando-se que caso os Rendimentos sejam distribuídos durante o Período de Investimento, tais recursos poderão ser reinvestidos, a critério da Assembléia Geral de Cotistas.

Parágrafo Único. Os Rendimentos que venham a ser distribuídos pelas Companhias Alvo serão, em no máximo 1 (um) dia útil após seu recebimento pelo FUNDO e deduzidos os compromissos presentes e futuros do FUNDO, distribuídos diretamente aos cotistas, na proporção das cotas detidas pelos mesmos, podendo o ADMINISTRADOR, a seu critério, solicitar às Companhias Alvo que façam esses pagamentos diretamente aos cotistas, sendo que os tributos incidentes serão de responsabilidade dos cotistas na condição de contribuintes, conforme definido na legislação tributária em vigor. Nos casos em que as cotas forem custodiadas pela CETIP, os Rendimentos poderão ser distribuídos pela CETIP nos termos da regulamentação aplicável."

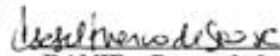
Em vista das alterações ora promovidas, a nova versão consolidada do Regulamento consta como Anexo.

6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, e depois lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelo cotista presente.



Átila Noaldo Serejo Alves Silva
Presidente da Mesa


Isabel Maria Malta da Costa Franco de Sousa
Secretária da Mesa

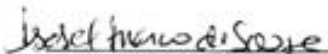
Cotistas Presentes:


BANIF – Banco de Investimento, S.A.


Isabel Maria Malta da Costa Franco de Sousa
Diretora


Átila Noaldo Serejo Alves Silva
Diretor

Administrador:


Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.

Isabel Maria Malta da Costa Franco de Sousa
Diretora


Átila Noaldo Serejo Alves Silva
Diretor



SA.TPS.1.01 EMITIDA 27.7.00

SA.TPS.1.01 EMITIDA 27.7.00

100. OFICIAL DE REGISTRO DE TITULOS
E DOCUMENTOS DA CAPITAL - SAO PAULO
RUA XV DE NOVEMBRO, N. 244 - 6o. ANDAR
TELEFONES: 3104-8434 E 3105-6483 (FAX)
O PRESENTE TITULO/DOCUMENTO, PROTOCOLADO
REGISTRADO EM MICROFILME SOB
No. 1.897.425 E AVERBADO A MARGEM DO
REGISTRO No. 1.604.254.
SAO PAULO, 30 DE JULHO DE 2005.

BEL. EDUARDO K. JUNQUEIRA FRANCO - OFICIAL
LUIS F. JUNQUEIRA FRANCO - ESC. SUBSTITUTO
DANIELA RODRIGUES BARBOSA - ESC. AUTORIZ.
ADRIANO MARTINS CERCA - ESC. AUTORIZ.
CLELIO DE ARAUJO GUILHERME - ESC. AUTORIZ.
GERALDO JOSE H. DE LACERDA - ESC. AUTORIZ.
ERIVELTON DE OLIVEIRA RODRIGUES - ESC. AUT.

INCLUIDOS 28% AO ESTADO - 21% AO IPESP
5% AO REG. CIVIL - 5% AO TRIB. JUSTICA

100. R.T.D./R.P.J.
Emolumentos...: R\$1.897,41
Estado.....: R\$27,84
Cart. Prev.....: R\$20,43
Registro Civil: R\$5,11
Trib. Justica.: R\$5,11
Total.....: R\$155,90

AVERBADO A MARGEM DO REGISTRO No. 1.816.291

ANEXO II - Regulamento

100. OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME No.1.897.425

ANEXO I

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA

Do Fundo

Artigo 1º. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA, doravante designado simplesmente FUNDO, é uma comunhão de recursos constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pelo presente Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único. O FUNDO será destinado exclusivamente a investidores qualificados, tal como definidos pela legislação vigente ou aqueles expressamente equiparados a tanto pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Artigo 2º. O FUNDO é administrado pelo **Banif Banco de Investimento (Brasil) S/A**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58, credenciado pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira por meio do Ato Declaratório nº 1.457, de 05 de setembro de 1990, publicado em 10 de setembro de 1990, neste instrumento designado simplesmente ADMINISTRADOR.

Do Objetivo do Fundo

Artigo 3º. O FUNDO é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas localizadas no território nacional, que tenham por objetivo principal, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de atividades relacionadas a investimentos em infra-estrutura no setor de transporte, tais como, rodoviário, metroviário, ferroviário e aeroportuário (as "Companhias Alvo") ou companhias que invistam em terceiras Companhias Alvo.

Parágrafo Primeiro. As companhias fechadas referidas no caput deste Artigo deverão seguir as seguintes práticas de governança:

- I – proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- II – estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração;
- III – disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- IV – adesão a câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- V – no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado



emissão de valores mobiliários a serem subscritos pelo FUNDO, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão ou (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora de valores mobiliários a serem subscritos pelo FUNDO, antes do primeiro investimento por parte do FUNDO.

Parágrafo Segundo. Salvo aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo FUNDO, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso I do Parágrafo Primeiro acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo ADMINISTRADOR.

Parágrafo Terceiro. Mediante a aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, é permitida a realização de operações pelo FUNDO nas quais seja possível a identificação de existência de conflitos de interesses entre o ADMINISTRADOR do FUNDO e/ou seus cotistas e o investimento realizado.

Parágrafo Quarto. É vedada ao FUNDO a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial através de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do FUNDO ou no qual haja direito de conversão.

Parágrafo Quinto. É permitido ao FUNDO aplicar seus excedentes de caixa em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, sem, entretanto, descaracterizar sua natureza e política de investimento.

Artigo 7º. Em função das características do FUNDO, os investimentos dos cotistas estarão sujeitos aos riscos de concentração de carteira e de iliquidez, não sendo o ADMINISTRADOR responsável por eventual depreciação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO.

Artigo 8º. Durante os 4 (quatro) primeiros anos de sua duração, o FUNDO dará preferência à realização de seus investimentos, respeitados os limites de composição e diversificação de investimentos aplicáveis ao FUNDO, na forma do Artigo 6º acima (o "Período de Investimento").

Artigo 9º. Nos 6 (seis) anos seguintes ao Período de Investimento, os investimentos deverão ser liquidados de forma ordenada e o produto resultante será utilizado para amortização das cotas do FUNDO, observado o disposto no Artigo 44 e as demais disposições aplicáveis deste Regulamento (o "Período de Desinvestimento").

Parágrafo Único. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o Período de Desinvestimento poderá ser estendido por períodos sucessivos de um ano.

Da Administração

Artigo 10. O FUNDO é administrado pelo **Banif Banco de Investimento (Brasil) S/A**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, Estado

x
if 3
Juridico
Bancif

de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 33.753.740/0001-58, a qual é autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 1.457, de 05 de setembro de 1990, publicado em 10 de setembro de 1990, neste instrumento designado simplesmente ADMINISTRADOR.

Artigo 11. A administração e gestão da carteira do FUNDO são exercidas pelo ADMINISTRADOR através de mandato outorgado pelos cotistas, outorga esta que se considerará expressamente efetivada pela assinatura aposta pelo cotista no Boletim de Subscrição de Cotas ("Boletim de Subscrição") e, conforme o caso, no Instrumento Particular de Compromisso de Investimento ("Compromisso de Investimento") a ser firmado pelo cotista por ocasião de qualquer subscrição de cotas do FUNDO.

Parágrafo único: Não possuímos conselho consultivo, comitê de investimentos, tampouco comitê técnico.

Artigo 12. O ADMINISTRADOR tem poderes para exercer todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, inclusive o de subscrever ações e o de comparecer e votar em assembléias gerais e especiais de acionistas ou debenturistas das Companhias Alvo, conforme o caso, observado o disposto no inciso XIV e no Parágrafo Segundo do Artigo 15.

Parágrafo Primeiro. Os serviços de liquidação, custódia, tesouraria, controle de ativos e passivos, cálculo da cota, processamento e contabilidade do FUNDO serão prestados pelo Banco Bradesco S.A. (o "CUSTODIANTE").

Parágrafo Segundo. A contratação, às expensas do FUNDO, de prestadores de serviços habilitados para assessorar o ADMINISTRADOR na administração do FUNDO dependerá da aprovação prévia da Assembléia Geral de Cotistas.

Artigo 13. O ADMINISTRADOR deve ser substituído nas hipóteses de descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM, renúncia ou destituição por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Parágrafo Primeiro. Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará o ADMINISTRADOR obrigado a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de Cotistas para eleger seu substituto, a se realizar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo também facultado aos cotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das cotas emitidas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, a convocação da referida Assembléia Geral de Cotistas.

Parágrafo Segundo. No caso de renúncia, o ADMINISTRADOR deverá permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, devendo comunicar sua decisão aos cotistas e à CVM com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Terceiro. No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador temporário até a eleição da nova administração.



Artigo 14. O exercício das funções de ADMINISTRADOR do FUNDO não impedirá o ADMINISTRADOR de continuar a exercer todas as atividades que lhe sejam permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis às instituições financeiras e/ou às instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, conforme o caso. No exercício dessas atividades, o ADMINISTRADOR poderá tomar posições de investimento ou recomendar aplicações que sejam diferentes daquelas recomendadas ao FUNDO, inclusive em relação a sociedades e/ou fundos de investimento de qualquer forma a ele relacionados, direta ou indiretamente, que possam concorrer com as Companhias Alvo objeto de investimento do FUNDO.

Das Obrigações do ADMINISTRADOR

Artigo 15. Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei e deste Regulamento, são obrigações do ADMINISTRADOR:

- I. Manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO:
 - a) os registros de cotistas e de transferências de cotas;
 - b) o livro de atas das Assembléias Gerais de Cotistas;
 - c) o livro de presença de cotistas;
 - d) o arquivo de pareceres dos auditores independentes;
 - e) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do FUNDO;
 - f) a documentação relativa às operações e ao patrimônio do FUNDO.
- II. Receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;
- III. Custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO;
- IV. Pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos neste Regulamento ou na legislação aplicável;
- V. Elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições deste Regulamento ou da legislação aplicável;
- VI. Fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo ADMINISTRADOR, que fundamentem as decisões tomadas em Assembléia Geral de Cotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- VII. Se houver, fornecer aos cotistas que isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo ADMINISTRADOR, permitindo acompanhamento dos investimentos



realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

VIII. No caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I deste Artigo até o término do mesmo;

IX. Exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;

X. Transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de ADMINISTRADOR;

XI. Manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do FUNDO custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;

XII. Elaborar e divulgar as informações previstas no capítulo XIV deste Regulamento;

XIII. Firmar, em nome do FUNDO, acordo de acionista das Companhias Alvo ou, conforme o caso, ajuste de natureza diversa que tenha por objeto assegurar ao FUNDO efetiva influência na definição de política estratégica e gestão das Companhias Alvo, observada a necessidade de consulta prévia aos cotistas, os quais deverão aprovar o inteiro teor de qualquer acordo ou ajuste dessa natureza a ser firmado em nome do FUNDO;

XIV. Comparecer e votar em assembléias gerais e especiais de acionistas ou debenturistas das Companhias Alvo, estando o ADMINISTRADOR do FUNDO obrigado a seguir as instruções de voto transmitidas pelos cotistas reunidos em Assembléia Geral;

XV. Cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas; e

XVI. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VI e VII deste Artigo, o ADMINISTRADOR poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o FUNDO tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os cotistas que requereram a informação.

Parágrafo Segundo. Para os fins do inciso XIV deste Artigo, o ADMINISTRADOR compromete-se a convocar a Assembléia Geral de Cotistas especificamente para este fim, colocando à disposição dos cotistas todos os documentos e informações necessários à apreciação das matérias submetidas à aprovação das assembléias das Companhias Alvo.

Das Vedações ao ADMINISTRADOR

Artigo 16. É vedado ao ADMINISTRADOR, direta ou indiretamente, em nome do FUNDO:



- I. Receber depósito em conta corrente;
- II. Contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade regulada pela CVM;
- III. Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, estando excluída desta vedação o penhor de ações de propriedade do FUNDO, observado o disposto no inciso XVII do artigo 17 deste Regulamento;
- IV. Negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134/1999, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- V. Prometer rendimento predeterminado aos cotistas; e
- VI. Aplicar recursos no exterior, na aquisição de bens imóveis e na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

Da Assembléia Geral de Cotistas

Artigo 17. Além das matérias mencionadas neste Regulamento, é da competência privativa da Assembléia Geral de Cotistas:

- I. Tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- II. Alterar o Regulamento do FUNDO;
- III. Deliberar sobre a destituição ou substituição do ADMINISTRADOR e escolha de seu substituto;
- IV. Deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do FUNDO;
- V. Deliberar sobre a emissão e distribuição de novas cotas;
- VI. Deliberar sobre o aumento na taxa de remuneração do ADMINISTRADOR, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do FUNDO;
- VII. Deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do FUNDO;
- VIII. Deliberar sobre a prorrogação dos prazos de subscrição e integralização de cotas do FUNDO, observados os limites legais;
- IX. Deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Cotistas;
- X. Deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimentos do FUNDO;
- XI. Deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações de cotistas;
- XII. Deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da carteira do FUNDO na amortização de cotas e liquidação do FUNDO, observado o disposto no Capítulo XI abaixo;

h



XIII. Deliberar previamente sobre a realização de qualquer investimento ou desinvestimento proposto pelo ADMINISTRADOR nas Companhias Alvo;

XIV. Deliberar previamente sobre as matérias submetidas à aprovação das assembléias gerais e especiais de acionistas ou debenturistas das Companhias Alvo em que o FUNDO participar como acionista ou debenturista, devendo transmitir ao ADMINISTRADOR as instruções de voto do FUNDO em tais assembléias;

XV. Aprovar todo e qualquer acordo de acionistas, contrato, compromisso, termo ou ajuste de natureza diversa a ser firmado pelo FUNDO, que tenha por objeto assegurar-lhe efetiva influência na definição de política estratégica de gestão das Companhias Alvo;

XVI. Deliberar sobre a distribuição, aos cotistas, de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, e quaisquer outros rendimentos inerentes às ações ou valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo; e

XVII. Deliberar sobre o penhor de ações de propriedade do FUNDO.

Artigo 18. As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas devem ser adotadas por votos que representem a totalidade das cotas do FUNDO, correspondendo a cada cota um voto.

Artigo 19. A Assembléia Geral de Cotistas reunir-se-á ordinariamente dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de tomar as contas do Fundo, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais do FUNDO exigirem.

Artigo 20. A convocação da Assembléia Geral de Cotistas far-se-á, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, alternativamente, mediante anúncio publicado em jornal de grande circulação, correspondência registrada, telegrama com comunicação de entrega ou fac-símile ou qualquer outro meio de comunicação eficaz, encaminhados a cada um dos cotistas, contado o prazo do envio da comunicação aos cotistas. As convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e as matérias a serem deliberadas.

Parágrafo Primeiro. Independentemente da convocação prevista neste Artigo, será considerada regular a Assembléia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os cotistas na forma prevista neste Regulamento.

Parágrafo Segundo. A Assembléia Geral de Cotistas poderá ser convocada pelo ADMINISTRADOR ou por cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas pelo FUNDO.

Parágrafo Terceiro. Os cotistas deverão manter atualizados junto ao ADMINISTRADOR, todos os seus dados cadastrais, como nome completo, endereço, número de fax e endereço eletrônico para fins de recebimento da comunicação mencionada no caput deste Artigo.

Artigo 21. A Assembléia Geral de Cotistas instalar-se-á em primeira convocação, com a presença dos cotistas que representem 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, do total de cotas emitidas e, em segunda convocação, com qualquer número.

M 

Parágrafo Único. Não se instalando a Assembléia Geral de Cotistas em primeira convocação, deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Artigo 22. Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral de Cotistas os cotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

Parágrafo Primeiro. Somente poderão votar na Assembléia Geral de Cotistas os cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem inscritos no livro "Registro dos Cotistas" ou na conta de depósito, conforme for o caso.

Parágrafo Segundo. As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal e os cotistas poderão votar através de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da assembléia.

Artigo 23. O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

Da Remuneração do ADMINISTRADOR

Artigo 24. A partir da data da primeira integralização de cotas, pelos serviços prestados ao FUNDO, o ADMINISTRADOR receberá uma taxa de administração calculada anualmente da seguinte forma ("Taxa de Administração"):

$TAI = PL \times 2,0\% \text{ a.a.}$, onde:

TAI é a taxa de administração a ser paga; e

PL é o patrimônio líquido do FUNDO.

Parágrafo Único. A Taxa de Administração, calculada nos termos do caput deste Artigo 24, limitar-se-á a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) ao ano, não sendo devida pelos cotistas qualquer quantia que ultrapasse tal valor.

Artigo 25. A remuneração prevista no Artigo 24 acima deverá ser paga ao ADMINISTRADOR mensalmente, apropriada diariamente e debitada do FUNDO mensalmente, sendo que o primeiro débito deverá ser feito no primeiro dia útil do mês subsequente em que ocorrer a primeira integralização de cotas e os débitos posteriores no primeiro dia dos meses subsequentes, livre dos tributos incidentes sobre a mesma.

Artigo 26. O ADMINISTRADOR pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente a eventuais prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração devida.



Das Cotas, sua Negociação e Transferência

Artigo 27. As cotas do FUNDO corresponderão a frações ideais de seu patrimônio líquido, assumirão a forma nominativa e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus cotistas.

Artigo 28. O extrato de conta de depósito comprovará a propriedade do número de cotas pertencentes aos cotistas conforme registros do FUNDO.

Artigo 29. As cotas do fundo poderão ser admitidas à negociação em bolsa ou em mercado de balcão organizado, podendo vir a ser registradas nos módulos mantidos e operacionalizados pela CETIP. A cota do FUNDO poderá ser transferida ainda que não esteja integralizada, hipótese em que o cessionário poderá assumir isoladamente, por escrito, todas as obrigações que eram originalmente do cedente perante o FUNDO, no tocante à sua integralização.

Parágrafo Único. No caso de transferência de cotas, o adquirente deverá ser informado pelo ADMINISTRADOR sobre qualquer garantia real já outorgada envolvendo os ativos do FUNDO. Isto feito, deverá o adquirente, anteriormente à aquisição das cotas, prestar declaração expressa de ciência das garantias outorgadas pelo FUNDO, bem como se comprometer a observar totalmente os termos da regulamentação vigente.

Artigo 30. É vedado o resgate das cotas do FUNDO, a não ser por ocasião do término do prazo do FUNDO ou de sua liquidação.

Da Emissão e Distribuição das Cotas

Artigo 31. O valor do patrimônio inicial mínimo estabelecido para funcionamento do FUNDO é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), devendo as cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo serem subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da respectiva data de registro da distribuição na CVM ou, conforme o caso, da data da dispensa do registro outorgada pela CVM.

Artigo 32. Serão emitidas e distribuídas, inicialmente, 5.000 (cinco mil) cotas, ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cota, totalizando R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). A quantidade de cotas inicialmente distribuída poderá, a critério do ofertante e sem a necessidade de novo pedido ou de modificação dos termos da oferta, ser aumentada, até o montante de 20% (vinte por cento) da quantidade inicialmente ofertada.

Parágrafo Único. O valor da cota nas distribuições subseqüentes será o valor apurado no dia útil imediatamente anterior à data da respectiva emissão, resultado da divisão do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas emitidas.

Artigo 33. O prazo para subscrição das cotas distribuídas pelo FUNDO, inclusive das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo estabelecido para funcionamento do FUNDO, é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da respectiva data de registro da distribuição na CVM ou, conforme o caso, da data da dispensa do registro outorgada pela CVM. Findo o período de subscrição ora estabelecido, as cotas não subscritas serão

A

MS



automaticamente canceladas e, caso o valor patrimonial mínimo para funcionamento do FUNDO não seja atingido, os valores obtidos durante a distribuição de cotas serão rateados entre os subscritores nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do FUNDO.

Parágrafo Único. A integralização das cotas do FUNDO deverá ocorrer durante todo Período de Investimento, mediante chamada do Administrador, de acordo com as condições estabelecidas no Compromisso de Investimento.

Artigo 34. O valor mínimo para subscrição de cada cotista é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Não haverá limite máximo para subscrição de cotas.

Artigo 35. Por ocasião de qualquer subscrição, o cotista deverá assinar o Boletim de Subscrição e, conforme o caso, o Compromisso de Investimento, que conterá todas as disposições referentes ao valor comprometido de cada cotista em relação ao FUNDO e à sua forma e integralização, além de menção expressa de que, no decorrer da vigência do FUNDO, haverá chamadas de capital às quais o investidor estará obrigado, de acordo com regras constantes do referido instrumento e sob as penas nele expressamente previstas, constituindo sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições do presente Regulamento.

Artigo 36. Os cotistas do FUNDO não poderão ser chamados pelo ADMINISTRADOR para celebrar novos Compromissos de Investimento, salvo se aprovado pela Assembléia Geral de Cotistas, convocada especialmente para este fim, a qual deverá estabelecer o procedimento detalhado para a realização de novos investimentos pelos cotistas, com base nas justificativas apresentadas pelo ADMINISTRADOR.

Artigo 37. A integralização de novas cotas pelos cotistas, até o valor comprometido, deverão ocorrer mediante chamada do ADMINISTRADOR, que se dará mediante o envio, com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, de correspondência com aviso de recebimento dirigida para os endereços constantes no Boletim de Subscrição e, conforme o caso, no Compromisso de Investimento.

Artigo 38. As importâncias recebidas pelo FUNDO a título de integralização de cotas deverão ser depositadas em banco comercial, em nome do FUNDO, sendo obrigatória a sua aplicação na aquisição dos ativos referidos no Artigo 6º do presente Regulamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. Durante esse período, tais recursos deverão ser aplicados em títulos públicos ou em Certificados de Depósito Bancário emitidos por Banco comercial, múltiplo ou de investimento. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, os recursos em questão poderão ser aplicados, ainda, em títulos privados ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa.

Artigo 39. Na hipótese de os valores integralizados não serem utilizados para fins de aquisição de valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo, no prazo previsto no Artigo 38 acima, poderá o ADMINISTRADOR, mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, determinar a prorrogação por períodos sucessivos de 45 (quarenta e cinco) dias ou, alternativamente, deduzir as exigibilidades do FUNDO, tais como custos de administração e demais encargos necessários para o funcionamento do FUNDO, obrigações e outros valores eventualmente registrados no seu passivo, e restituir o



montante remanescente aos cotistas a título de amortização das cotas do FUNDO, em até 5 (cinco) dias após o término do referido prazo.

Artigo 40. A distribuição de cotas do FUNDO dar-se-á com ou sem a elaboração de prospecto, conforme as características da distribuição e observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Artigo 41. O ADMINISTRADOR receberá uma taxa de ingresso no valor de R\$ 558.000,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil reais) à vista, no momento da primeira integralização de cotas do FUNDO. Não será cobrada qualquer taxa de ingresso, exceto a prevista neste artigo, e saída dos cotistas do FUNDO.

Artigo 42. A integralização das cotas do FUNDO poderá ser realizada em dinheiro ou cheque, mediante depósito em conta corrente em nome do FUNDO ou transferência eletrônica disponível (TED).

Parágrafo Único. No ato de cada integralização de cotas, o cotista receberá comprovante de pagamento referente à respectiva integralização, que será autenticado pelo ADMINISTRADOR.

Artigo 43. É permitida ao ADMINISTRADOR a detenção de cotas emitidas pelo FUNDO.

Parágrafo Único. Havendo outros cotistas, a possibilidade prevista no caput deste Artigo estará condicionada à aprovação da maioria dos cotistas reunidos em Assembléia Geral de Cotistas, sendo que as cotas detidas pelo ADMINISTRADOR não participarão dos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Cotistas que tratar desta matéria.

Da Amortização das Cotas e Pagamento de Rendimentos aos Cotistas

Artigo 44. O produto da liquidação dos investimentos do FUNDO durante o Período de Desinvestimento, deduzidos os compromissos presentes e futuros do FUNDO, deverá ser distribuído aos cotistas a título de amortização das cotas, no prazo máximo de 10 (dez) dias. A amortização abrangerá todas as cotas do FUNDO mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas existentes.

Parágrafo Único. Se, excepcionalmente, a liquidação do investimento ocorrer durante o Período de Investimento, o ADMINISTRADOR, mediante aprovação da Assembléia de Cotistas, poderá optar pela amortização de cotas no valor total dos recursos obtidos ou reter parte ou a totalidade dos recursos para o seu reinvestimento.

Artigo 45. Dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, e quaisquer outros rendimentos inerentes às ações ou valores mobiliários de emissão das Companhias Alvo detidas pelo FUNDO, que venham a ser distribuídos pelas Companhias Alvo (os "Rendimentos"), serão, mediante aprovação da Assembléia de Cotistas, distribuídos aos cotistas, na forma do Parágrafo Único deste Artigo, observando-se que caso os Rendimentos sejam distribuídos durante o Período de Investimento, tais recursos poderão ser reinvestidos, a critério da Assembléia Geral de Cotistas.



Parágrafo Único. Os Rendimentos que venham a ser distribuídos pelas Companhias Alvo serão, em no máximo 1 (um) dia útil após seu recebimento pelo FUNDO e deduzidos os compromissos presentes e futuros do FUNDO, distribuídos diretamente aos cotistas, na proporção das cotas detidas pelos mesmos, podendo o ADMINISTRADOR, a seu critério, solicitar às Companhias Alvo que façam esses pagamentos diretamente aos cotistas, sendo que os tributos incidentes serão de responsabilidade dos cotistas na condição de contribuintes, conforme definido na legislação tributária em vigor. Nos casos em que as cotas forem custodiadas pela CETIP, os Rendimentos poderão ser distribuídos pela CETIP nos termos da regulamentação aplicável.

Artigo 46. O ADMINISTRADOR deverá, nos prazos previstos neste Regulamento, realizar as amortizações de cotas de que tratam o presente Capítulo, através de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente, ou, no caso de reinvestimento, informar aos cotistas, através de carta, a destinação dos recursos.

Parágrafo Único. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de cotas, bem como na liquidação do FUNDO, devendo a assembléia estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

Dos Encargos do Fundo

Artigo 47. Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração do ADMINISTRADOR, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- I. Emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- II. Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- III. Despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos previstas na regulamentação aplicável;
- IV. Despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;
- V. Honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO;
- VI. Honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação caso o FUNDO venha a ser vencido;
- VII. Parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR no exercício de suas funções;
- VIII. Prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;



IX. Quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e a realização de Assembléias Gerais de Cotistas, dentro de limites estabelecidos no Regulamento, os quais poderão ser alterados por Assembléia Geral de Cotistas;

X. Taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO; e

XI. Despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, desde que aprovadas pela Assembléia Geral de Cotistas.

Parágrafo Único. Quaisquer despesas não previstas neste Regulamento como encargos do FUNDO correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Cotistas.

Do Exercício Social, das Demonstrações Contábeis

Artigo 48. O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e terminará no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulamentação vigente.

Artigo 49. O FUNDO terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO serem segregadas das do ADMINISTRADOR, bem como das do CUSTODIANTE.

Artigo 50. As demonstrações financeiras do FUNDO, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, devendo observar a metodologia para determinação do valor de contabilização dos ativos do FUNDO prevista no Artigo 53 deste Regulamento.

Parágrafo Único. O FUNDO deverá levantar balanços semestrais.

Das Informações ao Cotista e à CVM

Artigo 51. O ADMINISTRADOR deverá enviar aos cotistas e à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, as seguintes informações:

I. Trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações: (i) valor do patrimônio líquido do fundo; e (ii) número de cotas emitidas;

II. Semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações: (i) a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram; (ii) demonstrações contábeis do FUNDO acompanhadas da declaração a que se refere o inciso V do Artigo 15 deste Regulamento; (iii) os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto no Artigo 47 deste Regulamento,



especificados seus valores; e (iv) a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia de títulos e valores mobiliários componentes da carteira; e

III. Anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações: (i) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente; (ii) o valor patrimonial da cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e (iii) os encargos debitados do FUNDO, em conformidade com o disposto no Artigo 47 deste Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do FUNDO.

Do Patrimônio Líquido

Artigo 52. O patrimônio líquido do FUNDO é constituído pelo resultado da soma do saldo de caixa e do valor dos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo subtraído das exigibilidades, tais como custos de administração e demais encargos necessários para o funcionamento do FUNDO, obrigações e outros valores eventualmente registrados no passivo do FUNDO.

Artigo 53. A avaliação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO será feita ordinariamente ao fim de cada trimestre civil, utilizando-se, na avaliação dos valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, os seguintes critérios e metodologias:

- I. as ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo valor patrimonial contábil das Companhias Alvo, levando-se em consideração, ainda, se houver, quaisquer direitos especiais atribuídos aos acionistas das Companhias Alvo integrantes da carteira do FUNDO, previstos em Estatuto Social e/ou em Acordo de Acionistas, em casos de liquidação, dissolução, encerramento, incorporação, fusão ou venda das companhias;
- II. as ações com cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo preço de fechamento do mercado no último dia de negociação do semestre civil;
- III. as debêntures conversíveis em ações serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis* de acordo com as respectivas escrituras de emissão;
- IV. os títulos de renda fixa serão avaliados pelo preço unitário dos títulos;
- V. as cotas de fundo de investimento financeiro, terão seu valor determinado pelo administrador daqueles fundos nos termos da regulamentação em vigor; e
- VI. os demais títulos e/ou valores mobiliários e demais ativos, bem como operações de derivativos que vierem a compor a carteira do FUNDO não referidos nos incisos anteriores serão precificados em conformidade com a regulamentação aplicável.

Parágrafo único. Somente as perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da carteira do Fundo serão provisionadas, podendo, conforme o caso, resultar na baixa do investimento.



Da Liquidação

Artigo 54. O FUNDO entrará em liquidação ao final de seu prazo de duração ou de sua prorrogação ou por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Artigo 55. Por ocasião da liquidação do FUNDO, o ADMINISTRADOR deverá promover a realização dos ativos integrantes da carteira do FUNDO e o produto resultante deverá ser entregue aos cotistas como forma de pagamento pela amortização de suas cotas, na proporção de cada um no patrimônio líquido do FUNDO.

Parágrafo Primeiro. A alienação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO por ocasião da liquidação do FUNDO poderá ser feita através de uma das formas a seguir, à inteira discrição do ADMINISTRADOR: (i) venda através de transações privadas; ou (ii) venda em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, no Brasil.

Parágrafo Segundo. Mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o ADMINISTRADOR poderá promover a divisão do patrimônio do FUNDO entre os cotistas, na proporção de suas cotas, mediante a utilização dos ativos integrantes da carteira do FUNDO como forma de pagamento aos cotistas pela amortização de suas cotas, sendo, neste caso, tais ativos avaliados com base nos critérios estabelecidos no Artigo 53 deste Regulamento.

Parágrafo Terceiro. Para os fins do disposto no Parágrafo Segundo acima, durante a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Qualquer Natureza – CPMF, será observado o disposto na Instrução CVM nº 394, de 22 de julho de 2003.

Artigo 56. A liquidação do FUNDO e a divisão de seu patrimônio entre os cotistas deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados do encerramento do prazo de duração do FUNDO ou da data da realização da Assembléia Geral de Cotistas que deliberou sobre a liquidação do FUNDO, conforme o caso.

Do Foro

Artigo 57. Fica eleito o foro central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações ou processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.

São Paulo, 27 de julho de 2009


Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.
Sra. Maria Malta da
Costa Franco de Sousa
Diretora


Asia Nozato Sampaio Alves Silva
Diretor



ANEXO III – Declaração de Veracidade

BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58, credenciado pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteira por meio do Ato Declaratório nº 1.457, de 05 de setembro de 1990, publicado em 10 de setembro de 1990, na qualidade de instituição responsável pela administração do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.707.591/0001-80 ("**FUNDO**"), através do diretor responsável pelo **FUNDO**, o Sr. **Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva**, brasileiro, casado, economista, portador do Documento de Identidade expedido pelo CORECON/RJ nº 11.600, inscrito no CPF/MF sob o nº 316.198.947-34, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30 - 15º andar;

DECLARA, nos termos do artigo 56 e seu parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 400/2003, que o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da negociação de Cotas do **FUNDO**, do **FUNDO**, das suas características, situação econômico-financeira, os riscos inerentes ao **FUNDO**, entre outras informações relevantes, bem como que o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, bem como que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas durante a negociação das cotas do **FUNDO** em mercado de balcão.

São Paulo, 17 de agosto de 2009.

BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A.

Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva